

**DIREITO
MILITAR**

**PÓS-GRADUAÇÃO
EM DIREITO**

MODALIDADE EAD

UNISC
UNIVERSIDADE DO OESTE DO RIO DE JANEIRO



EAD Unisc



DIREITOS HUMANOS PARA A PROMOÇÃO DA CULTURA DE PAZ E ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA EM CONFLITOS ARMADOS

Prof. Dr. Alexandre Godoy Dotta

APOSTILA DO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO-SENSU ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO MILITAR
23 de junho a 8 julho de 2021

MÓDULO **DIREITOS HUMANOS E DIREITO MILITAR** **DIREITO HUMANITÁRIO E CONFLITOS ARMADOS** esquemas de aula

Direitos Humanos e Direito Militar: Direito Humanitário e Conflitos Armados



CIP - Catalogação na Publicação

D725d
2021

Dotta, Alexandre Godoy. Direitos humanos para a promoção da cultura de paz e assistência humanitária em conflitos armados

Alexandre Godoy Dotta - Curitiba: GRD Editora, 2021.

85p.; il., 23 cm

Inclui referências bibliográficas –

Elaborado como recurso didático para o módulo: Direitos Humanos e Direito Militar: Direito Humanitário e Conflitos Armados do Curso de Pós-Graduação *Lato-sensu* Especialização em Direito Militar da Universidade de Santa Cruz do Sul. Jun./jul. 2021.

ISBN: 978-65-995278-7-6 e-Book (PDF)

DOI: 10.5281/zenodo.7030685

1. Direito. 2. Direitos Humanos. 3. Direito Humanitário. 4. Missão de Paz. 5. Direito Militar. I. Dotta, Alexandre (org.). II. Direitos humanos. III. TÍTULO.

CDD 350
CDU 35

Editores associados:



CC BY-NC-SA. Esta licença permite que outros remixem, adaptem e desenvolvam seu trabalho de maneira não comercial, desde que creditem a você e licenciem suas novas criações sob os mesmos termos.

ISBN 978-65-995278-7-6



APRESENTAÇÃO

Saudações acadêmicas!

Sejam bem-vindos ao módulo de Direitos Humanos e Direito Militar – Direito humanitário e Conflitos Armados do Curso de Pós-Graduação *Lato-sensu* Especialização em Direito Militar da Universidade de Santa Cruz do Sul.

Sou Alexandre Godoy Dotta, professor, pesquisador, editor acadêmicos, bacharel, licenciado. Na pós-graduação cursei aperfeiçoamentos e especializações, recebi titulação de Mestre e Doutor. No fim do material listo minhas redes sociais e acadêmicas, as produções científicas e contato.

O título dado ao módulo já fornece indicativo para onde vamos despontar. São três semanas, a primeira e a segunda possuem 4 planos cada. Respectivamente: 1.1-1.4 e seguinte 2.1-2.4. Na terceira semana que já é a última do módulo seguimos dois planos e a prova de avaliação.

Esta apostila tem a finalidade exclusiva para organizar o nosso trajeto. Trata-se de uma grande miscelânea de informações para que oriente nosso percurso. Evitamos nos perder seguindo na risca o mapa. Mas recomendo desvios e peço que explorem de modo consciente e orientado. Precisamos seguir aquilo que interessa, mas os roteiros e conteúdos dos programas sempre devem ser observados.

O caminho é bem dedutivo, começando na teoria geral e indo para o caso específico. Começa com o estudo das bases teóricas, históricas e conceituais dos direitos humanos. Mas o objetivo principal não é construir ou entender o conceito. A ideia é revisar quais são os novos conflitos e os problemas atuais dos termos.

A segunda parte trata dos desdobramentos de tais direitos, como vem sendo colocado em prática. A atuação dos organismos multilaterais internacionais e os sistemas de vigilância e proteção dos direitos.

Então os conflitos armados e regiões de tensão no sec. 21. Mas antes tratamos estudamos os julgados em cortes e só depois das missões já realizadas. Principalmente as que o Brasil participou. Encerra o módulo com a avaliação que possui só questões de aula, as respostas são com múltiplas escolhas.

Bons estudos!

Prof.Dr. Alexandre Godoy Dotta

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	2
PLANO DA AULA 1.1	4
PLANO DA AULA 1.2	5
NOÇÕES GERAIS DE DIREITOS HUMANOS	5
PLANO DA AULA 1.3	8
DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS	8
DIREITOS HUMANOS	8
DIREITOS FUNDAMENTAIS	8
PLANO DA AULA 1.4	10
RELATIVISMO E UNIVERSALISMO	10
PLANO DA AULA 2.1	13
CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E A SUA FUNDAMENTAÇÃO	13
PLANO DA AULA 2.2	18
TEORIZAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS	18
PLANO DA AULA 2.3	22
NAÇÕES UNIDAS	22
PLANO DA AULA 2.4	29
SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS	29
SISTEMA AFRICANO DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS	39
PLANO DA AULA 3.1	45
TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL	45
PLANO DA AULA 3.2	53
DIREITO HUMANITÁRIO - REFUGIADOS	53
ASILO E REFÚGIO	53
CONFLITOS MUNDIAIS: PRINCIPAIS CAUSAS E EXEMPLOS	62
REFERÊNCIAS	71

PRIMEIRA SEMANA

PLANO DA AULA 1.1

TEMA: Apresentação do/da:

1. Docente
2. Conteúdo da Ementa
3. Metodologia de ensino
4. Procedimentos de trabalho
5. Avaliação do aluno para aprovação
6. Programa da disciplina

OBJETIVOS DA AULA

- Compreender o planejamento de realização do trabalho pedagógico com o reconhecimento dos conteúdos elementares explorados no módulo.
- Estabelecer os métodos para o posicionamento ativo cognoscente dos acadêmicos em relação percurso teórico por meio da apresentação de técnicas e métodos que maximizam o conhecimento e facilitam a exploração dos temas do módulo.
- Estabelecer maneira de mensurar os conhecimentos teóricos e práticos trabalhados na disciplina e relacionar com a necessidade (ou desejo) de que se promova-se a melhoria da performance
- Perceber o papel ativo, autônomo e emancipatório para a verticalização e/ou horizontalização dos objetos estruturados para a formação do especialista.

PLANO DA AULA 1.2

NOÇÕES GERAIS DE DIREITOS HUMANOS

Reflexão do conceito: Embora seja possível remeter-se aos antecedentes antigos e medievais a teoria nasce moderna ou contemporânea.

DIH/DIDH coloca o humano no centro a visão é antropocêntrica.

Antropocentrismo - homem - centro das ações, é uma expressão cultural, histórica e filosófica. Antropológica e sócio filosófica. Rompimento com o artigo e separação entre Teos e Filos, resultado do surgimento do humanismo renascentista, que eleva o antropocentrismo a ideia central.

Terminologias usadas na definição

- Direitos fundamentais (equivocos)
- Liberdades públicas
- Liberdades negativas
- Direitos civis
- Direitos públicos subjetivos
- Direitos naturais (jusnaturalismo).

Pérez Luño – três teorias para conceituar Direitos Humanos¹

- 1) Teorias tautológicas (tautologia – repetição desnecessária de uma mesma ideia em diferentes termos). Direitos que correspondem ao homem, só pelo fato de serem homens.
- 2) Teorias formais – não especificam o conteúdo dos Direitos Humanos, limitando-se só ao seu formato de positivação.
- 3) Teorias teleológicas – apelam para os valores últimos, que podem ser um infinito objeto de interpretação. Direitos Humanos como indispensáveis ao aperfeiçoamento da pessoa humana. Desenvolvimento.

Conceito de Pérez Luño – os Direitos Humanos são um conjunto de faculdades e instituições que, em cada momento histórico, concretizam as exigências da dignidade, da liberdade e da igualdade humanas, que devem ser reconhecidas

¹ PÉREZ LUÑO, Antonio Enrique. *Derechos humanos, estado de derecho y constitución*. Madrid: Tecnos, 1995.

positivamente pelos ordenamentos jurídicos nos planos nacional e internacional.²

Em contraposição a este conceito, há o de Alexandre Travessoni Gomes - Direitos Humanos são direitos subjetivos fundamentais, isto é, os direitos subjetivos que fundamentam os demais direitos, ou, em outros termos, os direitos sem os quais não podemos exercer outros e que devem, para a obtenção de sua efetividade, constar em textos normativo-positivos.³

Um conceito mais clássico vindo da doutrina internacional também deve ser considerado – (Manfred Nowak) - Direitos Humanos como a soma dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e coletivos, estipulados pelos instrumentos internacionais e regionais e pelo costume internacional.

Norberto Bobbio - Direitos Humanos como um resultado de lutas e de circunstâncias, novas liberdades contra velhos poderes.⁴

Direitos do homem – conexos ao direito natural (direito à vida; direito à liberdade etc.).

Direitos humanos *stricto sensu* – aqueles positivados em tratados e convenções internacionais

Questões e curiosidades:

- *Todos os Direitos Humanos são só dos homens?*
- *Farra do boi?*
- *Experimentos com animais?*

MOLINARO, Carlos Alberto. A dignidade da vida e os direitos fundamentais para além dos humanos: uma discussão necessária. Belo Horizonte: Fórum, 2018

LELIS, Acácia Gardênia Santos; CAMPOS, Thiago Augusto Martins. Família Multiespécie e Guarda Compartilhada de Animais. In: *Anais do Congresso Internacional de Direito Público dos Direitos Humanos e Políticas de Igualdade*. 2018.

² PÉREZ LUÑO, Antonio Enrique. Derechos humanos, estado de derecho y constitución. Madrid: Tecnos, 1995.

³ O conceito de direitos humanos ortodoxo ou político?

TRIVISONNO, Alexandre Travessoni Gomes; Rodrigues, Gabriel Costa Val. The concept of human rights: orthodox or political? Espaço Jurídico: Journal of Law, v. 19, n. 3, p. 703-730, 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7277491.pdf>.; TRIVISONNO, Alexandre Travessoni Gomes. Direitos Humanos e Fundamentais: Questões. *Espaço Jurídico: Journal of Law*, v. 21, n. 1, 2020, p. 7-18 Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7835306.pdf>

⁴ BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

ABILIO, Juan Roque. Os direitos fundamentais dos animais não humanos: o ultrapassar fronteiras da Constituição para além da coexistência à convivência moral e ética dos seres sencientes. Revista de Art. s do 1º Simpósio sobre Constitucionalismo, Democracia.

OLIVEIRA, Gabriela Dias de. A teoria dos direitos animais humanos e não-humanos, de Tom Regan. Ethic@-An international Journal for Moral Philosophy, v. 3, n. 3, p. 283-299, 2004.

PLANO DA AULA 1.3

DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS

Direitos Humanos e Direitos Fundamentais são sinônimos?

Parte da doutrina entende que Direitos Humanos são direitos não positivados, mas que são inerentes à vida e à dignidade (Pérez Luño).

Outra parte entende que, quando eles são Direitos Humanos Fundamentais, eles já foram incorporados ao direito nacional, sendo, portanto, fundamentais para o exercício de outros direitos (corrente majoritária).

Ainda, nos Direitos Humanos Fundamentais se estuda o seu perfil internacional, enquanto nos Direitos Fundamentais, tal qual no Direito Constitucional, estuda-se o que consta na Constituição, sendo também similar a classificação em gerações.

Mas o que vem primeiro? Direitos Fundamentais ou Direitos Humanos?
Se for adotar a evolução histórica, vem os Direitos Humanos.

*** Professor: na minha opinião não são sinônimos.

DIREITOS HUMANOS

Jusnaturalista – direitos da própria qualidade da pessoa humana, por ser humano.

Crítica – é limitativo, pois exclui direitos da evolução histórica, social, política e econômica.

Dimensão histórica – resultados de cada momento histórico, concretizando as exigências de dignidade, liberdade e igualdade – luta contra o poder (Pérez Luño).⁵

DIREITOS FUNDAMENTAIS

⁵ PÉREZ LUÑO, Antonio Enrique. *Derechos humanos, estado de derecho y constitución*. Madrid: Tecnos, 1995.

Canotilho – processo de positivação dos Direitos Humanos. Direitos Humanos como direitos dos homens, válidos para todos os povos e em todos os tempos. Invioláveis, intemporais e universais.⁶

Já os Direitos Fundamentais são direitos do homem, jurídico, institucionalmente garantidos e limitados no tempo e no espaço. Direitos objetivamente vigentes em uma ordem jurídica concreta.

Os Direitos Humanos buscam a proteção da pessoa humana em seu aspecto individual e em seu convívio social, em caráter universal, sem fronteiras políticas. Os Direitos Fundamentais são quando positivados por um ordenamento.

Ingo Sarlet – “Os Direitos Fundamentais são direitos do ser humano reconhecidos e positivados na esfera do Direito Constitucional positivo de um Estado. Já os Direitos Humanos guardam relação com os documentos de Direito Internacional e, por se referirem a posições jurídicas que se reconhecem ao ser humano como tal, não importando o seu vínculo com a ordem constitucional, tendo validade universal para todos os povos e tempos”.⁷ Caráter supranacional.

⁶ SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988*. 3.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

⁷ SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais: Na Constituição Federal de 1988*. Livraria do Advogado Editora, 2018.

PLANO DA AULA 1.4

RELATIVISMO E UNIVERSALISMO

Percebe-se até aqui que os Direitos Humanos possuem uma fundamentação jusnaturalista (porque decorrem da condição de ser humano), também uma visão positivista (que pode ser no marco internacional ou nacional). Como envolve direitos subjetivos que partem de um princípio base (dignidade da pessoa humana), para alguns doutrinadores (André de Carvalho Ramos) entendem que os Direitos Humanos podem ser considerados direitos morais que têm validade não só pela sua positivação, mas que a extraem diretamente dos valores morais da coletividade humana.⁸

Aqui os Direitos Humanos se envolvem com questões de:

- justiça
- equidade
- etc.

Tudo para garantir uma vida digna.

E é aqui que temos problemas, pois o que pode ser digno para mim, na minha visão de mundo, pode não ser para você. Aqui há um debate muito candente entre o universalismo e o relativismo cultural. Aqui o termo “universalismo” se refere ao conteúdo dos Direitos Humanos, sendo um conteúdo fruto de um consenso entre os países.

O debate envolve o ponto de ser universal na diversidade, considerando uma sociedade global, exemplo: direito à vida é de concepção geral? Há a questão da pena de morte, do aborto, do transplante de órgãos etc.

Os universalistas entendem que os Direitos Humanos se destinam a todas as pessoas, independentemente de suas características pessoais, culturais, sociais ou econômicas. Os Direitos Humanos se aplicam e abrangem todos os territórios, todos os países, todas as sociedades, tendo validade em qualquer local deste planeta.

Rafael Barreto Souza – “a universalidade pode ser ilustrada na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que enuncia direitos comuns a todos os homens pela simples condição humana, sem nenhuma discriminação e que afirma que todos os seres humanos integram uma família única”.⁹

⁸ RAMOS, André de Carvalho. *Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional*. São Paulo: Saraiva, 2018.

⁹ SOUZA, Rafael Barreto. *Despolitização dos mecanismos jurídicos na tutela internacional de direitos humanos: uma análise do sistema de monitoramento das Nações Unidas*. <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/fortaleza/4107.pdf>

Já os relativistas se opõem ao universalismo porque: (Ferrajoli)¹⁰

- 1) É possível observar, na prática, divergências nos julgamentos morais entre as diversas sociedades devido a diferenças culturais, políticas e sociais;
- 2) As divergências possuem um sentido ou validade fora de seu contexto social particular;
- 3) Não há julgamentos morais justificáveis fora de contextos culturais específicos.

É possível compartilhar valores, mas não há como impor uma superioridade de alguns valores sobre os outros, todos merecem igual consideração.

Esse debate ficou evidente na elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos, já que vários dispositivos tiveram sua redação questionada pela diferença de visão de mundo.

Conferência Mundial sobre Direitos Humanos – consagração da universalidade dos Direitos Humanos. O Brasil optou pela universalidade quando aderiu aos tratados de Direitos Humanos e os protocolos facultativos.

A compreensão mais correta do universalismo é a consideração pelas particularidades locais, contextos históricos, culturais e religiosos de cada povo. No entanto, compete a todos os Estados, independentemente desses fatores, o respeito aos Direitos Humanos.

Carvalho Ramos – devemos buscar que a pluralidade de culturas e orientações religiosas devem ser respeitadas com o reconhecimento da liberdade e participação com direitos iguais para todos.¹¹ Solução do conflito entre universalismo x relativismo – EQUILÍBRIO. Não se pode excluir um dos Direitos Humanos por causa de outro.

Questões e Debate

– Caso da esterilização feminina

ALENCAR FILHO, José Humberto de; IFADIREÓ, Miguel Melo; ALBUQUERQUE FILHO, José Antônio de. O Direito Internacional Humanitário Frente à Problemática da Mutilação Genital Feminina. *Id on Line Rev.Mult. Psic.*, 2019, vol.13, n.43, p. 14-29.

– Caso dos bebês yanomamis.

¹⁰ FERRAJOLI, Luigi. *Por uma teoria dos direitos e dos bens fundamentais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2018.

¹¹ RAMOS, André de Carvalho. *Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional*. São Paulo: Saraiva, 2018.

JESUS, Marcus Mendonça Gonçalves de; PEREIRA, Erick Wilson. Infanticídio indígena no Brasil: o conflito entre o direito à vida e à liberdade cultural e religiosa dos povos indígenas. *Pensar-Revista de Ciências Jurídicas*, v. 22, n. 1, p. 353-380, 2017.



PLANO DA AULA 2.1

CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E A SUA FUNDAMENTAÇÃO

Para André de Carvalho Ramos, devemos ser cautelosos no estudo dos diplomas normativos de Direitos Humanos no início de seu desenvolvimento histórico, tendo especial atenção ao que alguns renomados filósofos diziam, ou que tradições religiosas pregavam.

Ele entende que a universalização dos Direitos Humanos ainda é uma obra inacabada, tendo como marco histórico somente a Declaração Universal de Direitos Humanos, em 1948.

Dimensão histórica dos Direitos Humanos – Pérez Luño – resultados de cada comento histórico, concretizando as exigências de dignidade, liberdade e igualdade – luta contra o poder.¹²

No entanto, a questão do momento histórico pode ser criticada na concepção atual de Direitos Humanos, mas não há debate sobre a diferença de resultados produzidos pelos Direitos Humanos em cada período histórico.

Antiguidade (4000 a.C. a 476 a.C.)

Grécia – colocação da pessoa como sendo o centro da questão filosófica – antropocentrismo.

Antígona – o direito natural sobre o positivo – leis imutáveis contra a lei particular (a qual cada povo dá para si). Antígona, filha de Édipo com Jocasta (incesto) protagonizou um conflito entre as leis determinadas pelo rei Creonte, seu tio, e as leis divinas, quando enfrentou o risco da morte para poder enterrar Polínice, seu irmão. Sófocles quis combater ambos os extremismos, já que Antígona foi morta pela sua postura, mesmo sendo, por vezes, heroína, e Creonte perde seu filho e esposa por sua postura despótica e ambiciosa.

Surgimento dos direitos políticos, participação política dos cidadãos. Lembrem-se que não eram absolutos, mas só para a casta dos cidadãos.

Platão – a República
Democracia direta – praças

Voto Min. Carmen Lúcia – ADPF 187 – marcha da maconha – precedente

¹² PÉREZ LUÑO, Antonio Enrique. *Derechos humanos, estado de derecho y constitución*. Madrid: Tecnos, 1995.

Cristianismo – o que é de César e o que é de Deus. O humano somente por ser humano, sem acepção de condições, são pessoas dotadas de um eminente valor (Jorge Miranda).

Código de Hamurabi (1694 a.C.) – Mesopotâmia – Rei Hamurabi – 3 classes de homens:

- 1) Awelum – homens livres e de classe mais alta, com compensações por injúria, mas que também pagavam mais por multas.
- 2) Mushkenum – homens livres de classe inferior, com deveres mais suaves.
- 3) Wardum – escravos marcados que apesar disso podiam ter propriedades.

No Código havia penas de morte (afogamento, fogueira, forca, empalação), em como mutilações corporais (cortar língua, orelha, seio...). É onde consta a Lei de Talião, que impunha reciprocidade no trato de ofensas.

Lei da terra – não havia diferentes prescrições civis, religiosas e morais.

Lei das doze tábuas (451 e 450 a.C.) – Cerne da constituição da República Romana. Afixada no fórum romano como forma de dar publicidade às leis. Tem como centro a igualdade de direitos entre as diferentes classes sociais, proibindo a beligerância privada.

Idade média

Tomada do Império Romano pelos bárbaros.

Tomada de Constantinopla pelos turco-otomanos.

Papel dos governantes era ilimitado.

Descentralização política – vários centros de poder

Clero e nobreza como elaboradores de documentos que conferiam direitos a determinados povos e comunidades, mas nunca para todos.

Foi nesse cenário que surgiu a Magna Carta.

Magna Carta (1225) – reação ao absolutismo de João sem Terra (João da Inglaterra) na Inglaterra. Catálogo de direitos individuais contra o Estado (algo até então inédito).

Reconhecimento de vários direitos, como:

- A liberdade eclesial;
- a não existência de impostos sem a anuência dos contribuintes;
- propriedade privada;
- liberdade de ir e vir;
- desvinculação da lei e da jurisdição da pessoa do Monarca
- governo representativo
- acesso à justiça

Posteriormente, todos estes direitos seriam universalizados.

São Tomás de Aquino – dignidade e igualdade do ser humano por ter sido criado à imagem e semelhança de Deus:

Quatro classes de lei:

- 1) Lei eterna
- 2) Lei natural (direito de rebelião aos que forem submetidos a condições indignas)
- 3) Lei divina
- 4) Lei humana (fruto da vontade do soberano, limites segundo a vontade de Deus).

Idade moderna

Surgimento da burguesia, do Estado Moderno (centralização do poder político) e o direito passa a ser o mesmo para todos do reino.

Mudança de mentalidade, fenômenos passam a ser explicados cientificamente, não só pelo viés religioso.

Se antes (idade média) o grupo prevalecia ao indivíduo, agora é o oposto.

Liberdade religiosa – Rei Henrique IV da França – Edito de Nantes – revogado por Luís XIV – mera concessão real.
Mostrava uma tolerância religiosa pouco comum.

Tratado de *Westphalia* – fim da guerra dos 30 anos entre católicos e protestantes. Os protestantes foram reconhecidos (Tratado de *Osnabruck*) e os católicos obtiveram a sua independência da igreja (Tratado de *Munster*).

Petition of Rights (1628) – necessidade de consentimento na tributação (necessária autorização do Parlamento – princípio da anterioridade). Julgamento pelos pares para a privação da liberdade e a proibição de detenções arbitrárias – início do desenvolvimento do devido processo legal.

Lei Habeas Corpus (*Habeas corpues act* – 1679) – liberdade de locomoção. Mandato de proteção judicial aos que haviam sido injustamente presos. Mandado de captura também deveria ser entregue ao preso ou representante, como forma de banir as prisões arbitrárias.

Não havia ainda direitos universais. Direitos como meras concessões reais, podendo ser revogados a qualquer momento.
Não eram um limite permanente na atuação do poder político.

Revolução Gloriosa (Inglesa) – desenvolvimento histórico do reconhecimento de direitos aos ingleses e de limitação do poder real. Continuação das conquistas anteriores.

Bill of Rights (Declaração Inglesa de Direitos) (1688/1689) – redução drástica do poder autocrático dos reis ingleses.

Direitos para alguns indivíduos:

- 1) Direito de liberdade
- 2) Direito à segurança
- 3) Direito à propriedade privada
- 4)

Era uma reafirmação da Magna Carta, já que esses direitos eram comumente violados.

Separação de poderes – elimina o absolutismo. Para o Parlamento, competências para legislar e criar tributos.

No entanto, era um documento contraditório, pois: 1) impôs a todos uma religião oficial, afetando a liberdade de crença; 2) com medo de suas crenças não oficiais, houve uma fuga em massa de ingleses para os EUA (colônia). Busca pela liberdade e tolerância.

Revolução estadunidense – constitucionalismo liberal. Desde 1765 havia muito descontentamento com a imposição de impostos pela Inglaterra, o que desgastou muito a relação. Em 1773, abriu-se caminho para a independência dos EUA.

Declaração de Direitos do Bom Povo da Virgínia (1776) – há pouco menos de um mês da independência dos EUA. Todos os seres humanos são livres e independentes, possuindo direitos inatos, como a vida, liberdade, propriedade, felicidade e segurança.

Alguns atribuem a esse momento o nascimento dos Direitos Humanos.

O governo deve buscar a felicidade do povo, a separação de poderes, o direito a participação política, à liberdade de imprensa e o livre exercício.

“America first”.

Declaração de independência dos EUA (1776) – todos os homens são iguais perante Deus. Thomas Jefferson – Estabelecimento de direitos inalienáveis: 1) vida; 2) liberdade; 3) busca da felicidade.

Constituição dos EUA (1787) – menção aos direitos humanos, como liberdade, inviolabilidade do domicílio, segurança, devido processo legal, proporcionalidade da pena.

Emendas – direitos inerentes à pessoa humana.
7 artigos e 27 emendas – estilo o *Bill of Rights*.

Revolução francesa – Marcou o principal avanço dos Direitos Humanos com a

Declaração francesa dos direitos do homem e do cidadão (1789) – autoproclamação da Assembleia Nacional Constituinte por tensões com o Estado. População, elites religiosas e nobreza, igualdade e liberdade como direitos inatos a todos os indivíduos.

Todos os homens nascem livres e com direitos iguais.

Influência jusnaturalista

- 1) Soberania popular
- 2) Sistema de governo representativo
- 3) Igualdade de todos perante a lei
- 4) Presunção de inocência
- 5) Propriedade
- 6) Segurança
- 7) Associação política
- 8) Liberdade de manifestação de pensamento
- 9) Estado laico

Universalismo dos Direitos Humanos – garantia de direitos e separação de poderes

Franceses – tinham o legislativo como o principal poder, limitação do executivo. EUA – desconfiança ao legislador (tradição inglesa), direitos e liberdades na Constituição, limitação do exercício do poder político pela norma superiora.

Idade contemporânea

Constituição Mexicana de 1917 – Em vigor até os dias de hoje. Regras relacionadas ao trabalho, proteção social e temas correlatos eram revolucionários. Anticlericalismo, nacionalismo, reforma agrária (a 1ª na América Latina), conotação de hostilidade com o poder econômico, direitos políticos e liberdades individuais.

Constituição de Weimar (1919) – marco dos Direitos Humanos – o poder emana do povo. Direitos trabalhistas e previdenciários. Direitos fundamentais ao indivíduo, vida social, religião, etc. Direitos sociais em geral (No Brasil eles só surgiram em 1934).

Criação da OIT – Organização internacional do trabalho e 1919 (Tratado de Versailles).

II Guerra mundial como elemento que interrompe essa série de avanços.

PLANO DA AULA 2.2

TEORIZAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

A classificação dos Direitos Humanos pode ser estabelecida com base:

- 1) No status do indivíduo (Jellinek, 1892)
- 2) Em gerações ou dimensões (Vasak, 1979)
- 3) Pelas funções
- 4) Pelas finalidades

No que tange ao status do indivíduo, entende que a classificação se faz:

- 1) pelo reconhecimento do caráter positivo dos direitos – direitos previstos e regulados pelo Estado, oposto da inerência que seriam direitos natos;
- 2) pela verticalidade, onde os direitos se pautam pela desigualdade na relação entre indivíduo e Estado – há previsão da horizontalidade dos Direitos Humanos, ou seja, Direitos Humanos entre particulares, porque é uma teoria do final do século XIX, nem os difusos e transindividuais existiam formalmente.

É comum observar quatro posições do indivíduo perante o Estado:

- 1) Submissão perante o Estado – criação de regras que geram deveres individuais – bem comum.
- 2) Status negativo – abstenção do Estado para o respeito dos direitos individuais. Resistência do indivíduo diante do Estado.
- 3) Status positivo – o indivíduo invoca a ação estatal para atingir seus pleitos.
- 4) Status ativo – conjunto e prerrogativas para que o indivíduo possa participar da vontade do Estado (direitos políticos) – STF, RE 598.099/MS – 10/08/11 – a Administração Pública se vincula às normas do edital em concursos dentro do prazo de validade. A Administração Pública deve preencher todas as vagas, já que o indivíduo tem esse canal de participação, a não ser com excepcionais justificativas para não o fazer.

No que tange às gerações, Vasak se utilizou na expressão “liberte, egalité et fraternité” – liberdade, igualdade e solidariedade social.

1º geração – Estado liberal de direitos – fim do século XVIII e XIX. Primeiros direitos recepcionados pelas declarações do século XVIII e pelas constituições posteriores.

- produto do pensamento liberal burguês.

- chamados de direitos individuais de liberdade
- visam abstenção estatal, não ingerência na esfera individual do seu titular.
- proteção à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade.

2º geração – Estado social de direito – meados do século XX. Os graves problemas econômicos e sociais, somados à percepção de que a liberdade e a igualdade concebidas sob um ponto de vista formal eram insuficientes para o gozo efetivo de direitos. O Estado sofre com uma reconfiguração, passando-se de um modelo liberal a um modelo social.

- surgem movimentos reivindicativos de novos direitos, que visam à igualdade material, à justiça social.

- chamados de direitos econômicos, sociais e culturais.

- para a sua satisfação, requerem ações positivas (prestações dos poderes públicos).

- ainda se referem à pessoa individual, não podendo ser confundidos com direitos coletivos e difusos.

3º geração – Estado democrático de direito – fim do século XX – começam a ser reconhecidos direitos cuja titularidade é da comunidade, não só do indivíduo, sendo coletiva ou indefinida.

Bonavides – recai sobre o próprio gênero humano.

- chamados de direitos transindividuais, ou direitos de solidariedade.
- direito à paz, à autodeterminação dos povos, ao desenvolvimento, ao meio ambiente e à conservação do patrimônio histórico e cultural.¹³

4º geração – século XXI – alguns autores defendem a existência de uma 4º geração, relativos à tecnologia de informação, biomedicina, genética e também inerentes à globalização (Bobbio).¹⁴

Não é consenso na doutrina.

Bonavides – direitos pela globalização política, relacionados à democracia direta, à informação, ao pluralismo.

5º geração

Bonavides – deslocamento do direito à paz da 3º para a 5º geração, como lugar de destaque, ante a eminência de guerras. José Adércio Sampaio

¹³ BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

¹⁴ BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

Leite – direitos ainda a serem desenvolvidos e articulados, mas que tratam do cuidado, compaixão e amor por todas as formas de vida.¹⁵
Uma filosofia pós-moderna de combater estereótipos.

Críticas à classificação em gerações

A divisão dos Direitos Humanos em gerações pode levar ao que Cançado Trindade denominou de “fantasia das chamadas gerações de direitos”, que conduz ao equívoco de se pensar que os Direitos Humanos se substituem ao longo do tempo.¹⁶

Críticas para as gerações¹⁷ de Direitos Humanos:

- 1) Essa ideia de substituição de uma geração por outra – isso não ocorre, o que ocorre é a sua complementação de uma geração com a outra. *E.g.*: direito de propriedade e o meio ambiente ecologicamente equilibrado.
- 2) Ideia de antiguidade, que uma geração surgiu após a outra – isso não é verdadeiro, já que alguns direitos sociais (2º geração) foram consagrados em convenções internacionais (como a OIT) antes que os próprios direitos de 1º geração, que vieram com força só após a 2º guerra mundial.
- 3) A apresentação fragmentada dos Direitos Humanos, que viola a indivisibilidade, uma característica forte – em alguns casos, as gerações são usadas como razão para a diferenciação do regime de implementação de alguns Direitos Humanos de uma geração para a outra. Ex. - Direitos Humanos de 1º geração e de 2º geração.
- 4) Essa divisão pode afetar as novas interpretações dos Direitos Humanos em seu conteúdo – ex. Direito à vida é de 1º geração, segundo a classificação de Vasak, mas há precedentes da Corte Interamericana de Direitos Humanos de que o direito à vida é de 2º geração, porque precisa de prestações estatais para ser garantido plenamente.¹⁸

A solução para esse impasse é apontada por parte da doutrina, que sugere a utilização da palavra “dimensões”,¹⁹ mas ela pode ser também insuficiente, já que se questiona se há limites para a descoberta de dimensões pela doutrina.

¹⁵ BONAVIDES

¹⁶ CANÇADO

¹⁷ André de Carvalho Ramos indica 4

¹⁸ CANÇADO

¹⁹ cite-se o Ingo Sarlet. SARLET. Ingo Wolfgang. *Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988*. 3.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

Fora a sua utilidade didática, pergunta-se a razão para aumentar as dimensões de direitos. O problema da indivisibilidade dos Direitos Humanos permanece, por isso que não importa a nomenclatura, os Direitos Humanos devem ser interpretados integralmente.²⁰

Posição do STF – teoria geracional.

1º geração – direitos civis e políticos

2º geração – direitos econômicos, sociais e culturais

3º geração – direitos de titularidade coletiva, princípio da solidariedade.

Mandado de segurança 22164, relatoria Min. Celso de Mello, 30/10/95 traz a classificação de Direitos Humanos na Constituição Federal de 1988:

- Direitos individuais (art. 5º)
- Direitos sociais (arts. 6 ao 11)
- Direito à nacionalidade (art. 12)
- Direitos políticos e de partidos (arts. 14 a 16)
- Direitos coletivos, difusos e individuais de expressão coletiva (arts. 127, 129, etc.)

²⁰ CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 3 ed. Coimbra: Almedina, 1998; CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Estudos sobre Direitos Fundamentais. Coimbra: Coimbra Editora, 2004.

PLANO DA AULA 2.3

NAÇÕES UNIDAS

Início da 2ª guerra – 01/09/1939 – invasão da Polônia
45 milhões de mortos (na I guerra foram 8 milhões).

Direitos Humanos tal como são conhecidos hoje são uma reação ao holocausto e às demais barbáries da II guerra.

Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948) – Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (ambos de 1966).

Surgimento das Nações Unidas

Liga das nações (sociedade das nações) – Tratado de Versailles em 28/07/1919, seguindo-se à I Guerra Mundial (que durou de 1914 a 1918).

A Liga das Nações tinha como fundamento 14 pontos, tidos como básicos para a reconstrução da Europa, dentre eles:

- liberdade nos mares;
- abolição de barreiras econômicas entre os países;
- redução de armamentos nacionais.
- criação da Liga das Nações.

Sua sede era em Genebra, Suíça, devido à sua neutralidade.

Como falhou no seu objetivo de garantir a segurança mundial (já que após veio a II Guerra, ainda mais destrutiva), a Liga das Nações foi desmantelada em 18/04/1946.

Pode-se atribuir a falha ou ineficiência da Liga das Nações devido à ausência de atores importantes, como os EUA, como também pelo fato de que suas decisões sempre deveriam ser por consenso, o que impedia sua atuação mais forte, enquanto mediadora de conflitos armados ou de resolução pacífica de controvérsias.

Fraqueza política, em resumo.

A ONU (Organização das Nações Unidas) foi idealizada ainda durante a 2ª guerra, concebida após durar negociações entre os países (Carta do Atlântico, 1941, Roosevelt).

CARTA DA ONU

Celebrada em São Francisco, foi ratificada por 2/3 dos 50 Estados representados na Conferência e pela Polônia.

Entrou em vigor em 24/10/1945, gerando uma organização de cunho político, dentro da lógica do Direito Internacional.

Na sua fundação, a ONU tinha 51 membros. Atualmente, é integrada por 193 Estados, todos em condição de igualdade.

Há também alguns membros observadores, como a Santa Sé (Vaticano) e a Palestina. Ambos têm poder de voz, mas não de voto.

Não há indicação de sede da ONU, mas de Assembleia Geral, que está em Nova Iorque. Há também um escritório permanente em Genebra.

Principais objetivos da ONU:

- promoção do pacifismo;
- defesa dos Direitos Humanos e do desenvolvimento econômico-social dos Estados;
- impulsionar a representação dos Estados mais frágeis nas relações exteriores.

Para aumentar a força política da ONU, trabalhou-se com a ideia de soberania mitigada, o que deu força para editar atos que não só possuem força política como um direito que gera, caso descumprido, uma vergonha perante os demais Estados (poder de embaraço, *power of embarrassment*), típico de uma norma *soft law*, mas também de editar resoluções de caráter vinculante que obrigam Estados, sob pena de responsabilização internacional ou de sanções políticas.

A ONU funciona com a adesão ampla de membros. O requisito para a adesão à Carta é facilitado:

Art. 4º - a adesão é aberta a todos os Estados amantes da paz, que aceitarem as obrigações constantes da Carta e que, a juízo da organização, estiverem aptos e dispostos a cumpri-las.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

- 1) Assembleia Geral
- 2) Secretariado
- 3) Conselho de Tutela
- 4) Conselho Econômico e Social
- 5) Conselho de Direitos Humanos
- 6) Conselho de Segurança

Há também muitos organismos autônomos especializados, como o FMI (Fundo Monetário Internacional), o BIRD (Banco Internacional para a Reconstrução e

Desenvolvimento); o Banco Mundial; a OIT (Organização Internacional do Trabalho) e OMS (Organização Mundial de Saúde).

Assembleia Geral

Órgão plenário da ONU – representação de todos os Estados-membros que têm direito a voto em qualquer assunto que se relacione com a Carta de São Francisco.

Não é permanente.

Reunião ordinária uma vez por ano, na 3ª terça-feira de setembro, em Nova Iorque.

As decisões da Assembleia são tomadas por maioria – ao contrário da Liga das Nações, que era por consenso.

Secretariado

Órgão executivo e administrativo da ONU.

Serve assistência para a realização de diversas ações dos outros órgãos, além de propor projetos que atendam à Carta.

O Secretário-Geral é o mais alto cargo da ONU, eleito pela Assembleia Geral para um mandato de 5 anos, por recomendação do Conselho de Segurança, podendo ser reconduzido por 1 ou 2 mandatos, mas não há clareza nas normas. O Conselho de Segurança também pode vetar a seleção.

Deve haver rotação geográfica.

3 últimos secretários:

- 1) Kofi Annan – Gana. Diplomata, Vencedor do Prêmio Nobel da Paz com a ONU, exerceu 2 mandatos, tinha uma forte crítica dos EUA. Preocupação com a AIDS e doenças em geral.
- 2) Ban Ki-Moon – Coreia do Sul, ex-Ministro das Relações Exteriores, exerceu 2 mandatos, 1º secretário da Ásia Oriental, eleito por unanimidade.
- 3) António Guterres – Portugal, Político do Conselho da Europa, preocupação com refugiados, eleito por unanimidade. Reeito em 18/06/2021 para mais 5 anos.

Conselho de Tutela

Órgão que visava ao auxílio a territórios que estivessem sob sua tutela e que têm dificuldades estruturais. Buscava estimular a política, economia e agendas sociais de desenvolvimento.

Para ajudar territórios não governados por si, dando voz aos locais.

Em novembro de 1994 este órgão perde totalmente sua importância, com a independência do ex-território de Palau, no pacífico, último tutelado pelo órgão. Já na próxima emenda à Carta, a expectativa é que este Conselho deixe de existir.

Conselho Econômico-Social (ECOSOC)

Um dos mais importantes da ONU. Órgão responsável pela promoção de políticas adequadas de desenvolvimento de atividades econômicas, sociais, humanitárias e culturais da ONU.

Formado por 54 membros eleitos pela Assembleia Geral – período de 3 anos.

Foi nesse Conselho que se elaborou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada em Paris, em 1948.

Conselho de Direitos Humanos

Criado a partir da Comissão de Direitos Humanos, que fazia parte do Conselho Econômico-Social. Porém, como o ECOSOC concentrava muitas funções relacionadas aos Direitos Humanos, foi criada essa comissão, que politicamente era mais fraca, sendo, assim, alvo de diversas manipulações por parte das potências mundiais.

Com a reforma da ONU, criou-se o Conselho de Direitos Humanos, vinculado diretamente à Assembleia Geral e ao secretariado.

Tem como finalidade fortalecer a promoção e a proteção dos Direitos Humanos.

Sua criação em 2006 não foi por unanimidade. Foram 160 votos a favor e 4 contra (EUA, Israel, Palau e Ilhas Marshall), 3 abstenções (Venezuela, Irã e Belarus).

47 membros escolhidos por maioria absoluta da Assembleia – Mandato de 3 anos, sem reeleição imediata após 2 mandatos consecutivos.

A distribuição de assentos respeita uma representação geográfica equitativa:

- 13 África
- 13 Ásia
- 6 Leste Europeu
- 8 América Latina e Caribe

- 7 Europa Ocidental e outros.

O Conselho pode suspender qualquer dos 193 Estados-membros da ONU por votação de 2/3 de seus membros.

Possui a prerrogativa de elaborar relatórios temáticos com independência e liberdade, mas devem ter anuência do Estado para realizar visitas ao país.

A sede é em Genebra.

Conselho de Segurança

Órgão que visa à manutenção da paz e segurança internacionais, podendo, para tanto, adotar medidas extremas, como intervenção ou sanções econômicas para evitar qualquer tipo de agressão.

15 membros – 5 são permanentes (China, França, Rússia, Reino Unido e Irlanda do Norte, e EUA).

Outros 10 são rotativos eleitos pela Assembleia Geral – mandato de 2 anos com distribuição geográfica equitativa:

- 3 África
- 2 Ásia
- 1 Europa Oriental
- 2 América Latina e Caribe
- 2 Europa Ocidental e outros.

Compete ao Conselho de Segurança a escolha dos membros do Conselho de Segurança e Justiça da Corte Internacional de Justiça e a recomendação à Assembleia Geral da admissão de um Estado, suspensão ou expulsão.

As decisões do Conselho de Segurança são tomadas pelos votos de 9 integrantes, incluindo o voto dos membros permanentes. Porém, se um dos Estados permanentes vetar, a medida não será tomada, não importando o número de votos.

A maior crítica do Conselho de Segurança já é amplamente admitida, uma vez que a tarefa da ONU de manter a paz e a segurança internacionais é frequentemente descumprida em razão da estrutura oligárquica do Conselho, onde os membros permanentes têm poder de veto. Há um abuso desse poder que impede, por exemplo, o bom funcionamento do sistema de solução pacífica de controvérsias constantes no cap. VI da Carta. Quando essa solução não convém a algum membro permanente, eles recusam a jurisdição internacional, optando por meios menos diplomáticos, sendo por vezes, intervenção militar.

Jurisdição da Corte Internacional de Justiça em Haia deve ser declarada diretamente, sendo, na prática, uma jurisdição limitada.

Financiamento da ONU

Proveniente dos Estados-membros. O valor da contribuição é determinado pelo seu nível econômico, sua posição econômica mundial e capacidade de colaboração.

Os EUA são os maiores doadores, com 1,7 bilhão de dólares ao ano, aproximadamente.

Brasil estava entre os 10º doadores, com 20 milhões de dólares, até começar a descumprir a obrigação, estando, nesse momento, inadimplente. O débito atual do Brasil com o Secretariado da ONU é de US\$ 299 milhões (ou R\$ 904 milhões). A maior parcela havia sido destinada às missões de paz para as quais o Brasil contribui, como a do Haiti: US\$ 191 milhões. O valor não inclui outras agências e organismos internacionais ligados às Nações Unidas. Uma parte foi paga em 2017, mas ainda resta saldo a pagar.

Alguns casos sobre o veto no Conselho de Segurança

China – usou pouco, mas em momentos estratégicos, como no ocorrido com Mianmar, que foi durante muito tempo governado por uma junta militar que frequentemente violava Direitos Humanos. China nunca permitiu sanções, atendendo aos interesses da Birmânia, que também se encontrava na mesma situação.

Rússia – Usou muito o poder de veto, principalmente para barrar a entrada da ONU de países que não mantinham relações diplomáticas com ela. Também teve a situação com Kosovo, província servia que desde o final de sua guerra é administrada pela ONU, que já concluiu, por meio de relatório, que a única saída viável era a sua independência, declarada em 2008 pela população (maioria albanesa), unilateralmente. O Brasil não reconhece Kosovo.

Reino Unido e França – Usaram moderadamente o veto.

EUA – abuso do poder de veto. Caso mais crítico foi com a Nicarágua, em 2001. Guerra Reagan e Nicarágua, destruiu o país. Nicarágua procurou a Corte Internacional de Justiça, que condenou os EUA por terrorismo mundial (uso indevido de forças), EUA não aceitou a condenação e retirou a jurisdição da Corte. Logo, o Conselho de Segurança foi provocado, mas a resolução foi vetada pelos próprios EUA. Também há a questão da proteção de Israel (cerca de 35 vetos nesse sentido).

Para conhecer e explorar mais sobre a 5 geração de guerras

Instituto humanitas <http://www.ihu.unisinos.br/>

Enfrentar a guerra de quinta geração com arco e flecha? Enfrentar a guerra de quinta geração com arco e flecha? <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/582532-enfrentar-a-guerra-de-quinta-geracao-com-arco-e-flecha>

Internet, isto não é democracia. Artigo de Michele Ainis www.ihu.unisinos.br/78-noticias/577190-internet-isto-nao-e-democracia-artigo-de-michele-ainis

Revolução tecnológica exige novo Estado social, escreve professora www.ihu.unisinos.br/78-noticias/576177-revolucao-tecnologica-exige-novo-estado-social-escreve-professora

Fim do acesso universal à Internet? www.ihu.unisinos.br/186-noticias/noticias-2017/573209-fim-do-acesso-universal-a-internet

PLANO DA AULA 2.4

SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS

Organização dos Estados Americanos – 1948 (35 países)

Tem finalidade de promover a proteção e a promoção dos Direitos Humanos dentre outras atividades de integração entre os Estados.

Possui 2 bases legais: (i) Carta da OEA; (ii) Convenção Americana de Direitos Humanos.

Carta OEA – objetivo é:

- *Fortalecer a paz e a segurança do continente;
- * promover e consolidar a democracia representativa;
- * respeito ao princípio da não intervenção;
- * prevenir possíveis causas de dificuldades;
- * assegurar a solução pacífica de eventuais conflitos entre os Estados membros.

Menos tratados, que basicamente se centram no sistema de monitoramento feito pela Comissão Interamericana.

Comissão Interamericana com um peso forte no Sistema Interamericano.

Corte Interamericana de Direitos Humanos é Corte de Justiça com decisões com caráter vinculante (como a Corte Europeia). Os Estados têm liberdade na forma de cumprimento das condenações.

O sistema interamericano dá ênfase na proteção judicial, a Comissão, por sua vez, nas sanções políticas.

Carta da OEA – abertura para os tratados do sistema onusiano – nenhuma norma dos tratados ou da própria carta pode ser interpretada no sentido de possibilitar o descumprimento de qualquer obrigação assumida perante a ONU. É justamente o contrário: as normas do sistema onusiano servem como guia hermenêutico do cumprimento dos tratados do sistema interamericano.

Sistema de monitoramento tem duas bases: 1) OEA – que utiliza a Carta da OEA e a Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem; 2) Convenção Americana

Sistema OEA – composto por países que não aderiram à Convenção Interamericana de Direitos Humanos ou que não aceitaram a cláusula facultativa de submissão à jurisdição da Corte Interamericana.

Esses países se submetem à Carta da OEA ou a tratados eventualmente celebrados.

São 35 países incluindo os Estados Unidos e Cuba. Resolução AG/RES 2438, que determinou a mudança da resolução de 1962, que excluiu Cuba do Sistema Interamericano, a partir do processo de diálogo com base nos princípios e propósitos da OEA, iniciativa do governo cubano.

Sistema Convencional: 24 países, que firmaram o Pacto de San Jose (jurisdição da Corte Interamericana). Ex. Argentina – cláusula de reserva de que não serão apreciadas pela Corte questões inerentes à política econômica do governo. Brasil – ratificou em 07/09/1992 e aceito a jurisdição da Corte em 12/10/1998.

Carta OEA (1948)

Direitos fundamentais individuais, independentemente de raça, nacionalidade, crença ou sexo. Há uma precisão melhor desses direitos na Declaração Americana.

Declaração – Foi o documento sobre a promoção e proteção dos Direitos Humanos em caráter supranacional.

Órgãos:

- 1) Assembleia Geral;
- 2) Secretaria Geral;
- 3) Comissão Interamericana de Direitos Humanos;
- 4) Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral;
- 5) Conselho Permanente;
- 6) Conselho de Juristas.

Dispositivos estruturais, princípios e fundamentos, dever genérico de proteção e de cooperação são bastante parecidos com os da ONU.

Contudo, há um dever específico de cooperação internacional em relação ao desenvolvimento integral, a partir da promoção da cidadania e do fomento dos direitos econômicos, sociais e culturais, na ideia de unidade, indivisibilidade e interdependência dos Direitos Humanos.

Art. 9 da Carta da OEA – Cláusula democrática

Um membro da Organização, cujo governo democraticamente constituído seja deposto pela força, poderá ser suspenso do exercício do direito de participação nas sessões da Assembleia Geral, da Reunião de Consulta, dos Conselhos da Organização e das Conferências Especializadas, bem como das comissões, grupos de trabalho e demais órgãos que tenham sido criados.

a) A faculdade de suspensão somente será exercida quando tenham sido infrutíferas as gestões diplomáticas que a Organização houver empreendido a fim de propiciar o restabelecimento da democracia representativa no Estado membro afetado;

b) A decisão sobre a suspensão deverá ser adotada em um período extraordinário de sessões da Assembleia Geral, pelo voto afirmativo de dois terços dos Estados membros;

c) A suspensão entrará em vigor imediatamente após sua aprovação pela Assembleia Geral;

d) Não obstante a medida de suspensão, a Organização procurará empreender novas gestões diplomáticas destinadas a coadjuvar o restabelecimento da democracia representativa no Estado membro afetado;
e) O membro que tiver sido objeto de suspensão deverá continuar observando o cumprimento de suas obrigações com a Organização;
f) A Assembleia Geral poderá levantar a suspensão mediante decisão adotada com a aprovação de dois terços dos Estados membros; e
g) As atribuições a que se refere este artigo se exercerão de conformidade com a presente Carta.

Em 2001, aprovou-se a Carta Democrática Interamericana – princípios da democracia representativa:

- 1) respeito aos Direitos Humanos e às liberdades fundamentais;
- 2) acesso ao poder e seu exercício com sujeição ao Estado de Direito;
- 3) celebração de eleições periódicas, livres, justas e baseadas no sufrágio universal e secreto como expressão da soberania do povo;
- 4) regime pluralista de partidos e organizações políticas;
- 5) separação e independência dos poderes públicos.

Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem

1948 – 1º declaração de Direitos Humanos no período pós 2º guerra. Reconhecimento expresso da universalidade de Direitos Humanos no preâmbulo.

Parecer consultivo da Corte Interamericana diz que a Declaração é interpretação autêntica das disposições genéricas da Carta, e que a sua violação pode ser também entendida como a violação da Carta.

Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San Jose da Costa Rica)

1969 – incorporação da Comissão como o seu órgão.

A Comissão de Direitos Humanos é órgão tanto da Convenção quanto da Carta da OEA, mas ganha mais detalhes com a Convenção. É um órgão híbrido.

É o coração do sistema interamericano, embora não seja o mais importante do ponto de vista estrutural. Mas é assim considerado (como o coração) porque fomentou a promoção e a proteção dos Direitos Humanos, principalmente por meio da Corte.

A convenção não estabelece de forma específica qualquer direito social, econômico ou cultural, contendo apenas uma previsão genérica sobre eles.

Art. 26 – desenvolvimento progressivo

Os Estados Partes comprometem-se a adotar providências, tanto no âmbito interno como mediante cooperação internacional, especialmente econômica e técnica, a fim de conseguir progressivamente a plena efetividade dos direitos que decorrem das normas econômicas, sociais e sobre educação, ciência e cultura, constantes da Carta da Organização dos Estados Americanos, reformada pelo Protocolo de Buenos Aires, na medida dos recursos disponíveis, por via legislativa ou por outros meios apropriados.

Ou seja, no que tange aos direitos econômicos, sociais e culturais, a Convenção adere à ideia de realização progressiva, no limite dos recursos disponíveis para a implementação deles.

Protocolo de San Salvador – 1988

Protocolo adicional à Convenção, em vigor desde 1999 (Brasil ratificou).
Garantia dos direitos econômicos, sociais e culturais.

Principais direitos da Convenção:

- Direito ao reconhecimento da personalidade jurídica (da pessoa);
- Direito à vida (com disposições sobre a pena de morte – toda pessoa condenada à morte tem o direito de solicitar anistia, indulto ou comutação da pena. Não pode ser executado enquanto o pedido estiver pendente).
- Direito à integridade pessoal
 - Proibição da escravidão e da servidão (aqui não se incluem serviços de reclusos, serviço militar e serviço imposto em caso de calamidade pública).
 - garantias judiciais
 - prazo razoável do processo; juiz natural, presunção de inocência; assistência judiciária; direito de defesa, direito de recorrer da sentença para juiz ou tribunal superior.
- Direito à indenização
 - proteção à honra e dignidade;

- liberdade de consciência e de religião;
- liberdade de pensamento e de expressão (não alberga o discurso do ódio)
- direitos políticos.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

Integra o sistema da Declaração Americana e o Pacto de San José.

Criada em 1959 por resolução da OEA. Sede em Washington.

7 comissários, eleitos por Assembleia Geral, mandato de 4 anos, com possibilidade de uma recondução. Eleição a título pessoal (notório saber jurídico, idoneidade, amplo saber dos Direitos Humanos, não precisa ser jurista).

O nacional de um Estado violador de determinado procedimento não pode deliberar e, por isso, não há comissão ad hoc.

Impedimento quando houver petição individual com comissário do Estado violador, logo, esse comissário não pode ser avaliador de caso proposto contra o seu Estado.

Competências (segundo a Carta da OEA e o seu estatuto):

- promover capacitação e estudos em Direitos Humanos;
- criar relatorias especiais de Direitos Humanos em temas ou países;
- Receber as petições individuais e recomendar reparação;

Já segundo o Pacto de San José:

- receber petições das vítimas, recomendar reparação de danos por parte dos Estados.

Caso não cumprida a reparação, caso o Estado tenha reconhecido a jurisdição da Corte, encaminhar o caso para ela.

- solicitar opiniões consultivas;
- atuar nos processos perante a Corte como custos legis. Perante a Corte, a Comissão seria o MP.

Procedimento de apresentação de petições

Demandas interestatais e individuais têm o mesmo procedimento na Comissão de Direitos Humanos, já que esta é uma fase obrigatória para o sistema da OEA e do Pacto de San Jose.

Se a Comissão determinar o arquivamento, não há como recorrer dessa decisão.

Caso a Comissão denegue seguimento à petição de algum Estado sobre outro, o Estado pode recorrer diretamente à Corte Interamericana.

A Comissão analisa a admissibilidade e o mérito das petições individuais.

Fase inicial – Comissão

Provocação por petição escrita, de autoria da vítima ou seus representantes (Como Ongs ou outro Estado).

Devem ser apontados fatos que comprovem a violação de Direitos Humanos denunciada, assinalando o nome da vítima e de qualquer autoridade que tenha tido conhecimento da situação. Se limita ao disposto nos tratados! Por isso deve ser feito de forma persuasiva.

Análise das condições de admissibilidade (com possibilidade de correção de erros formais, segundo a reforma do regulamento da Corte Interamericana em 2013):

- 1) Esgotamento dos recursos internos – princípio da subsidiariedade na jurisdição internacional;
- 2) Ausência do decurso do prazo de 6 meses, contados do esgotamento dos recursos internos para a apresentação da petição inicial (prazo decadencial);
- 3) Ausência de litispendência internacional – impede o uso sucessivo de 2 mecanismos internacionais de proteção de Direitos Humanos.

Esgotamento de recursos internos – o peticionamento deve provar, sejam administrativos ou judiciais os recursos. O Estado deve prover os recursos internos aptos a reparar a violação de Direitos Humanos, caso contrário, responderá duplamente, tanto pela violação inicial como pelo não provimento de recursos internos aptos.

Hipótese de dispensa do esgotamento – 1) não existir o devido processo legal para a proteção do direito violado; 2) não ter tido a vítima acesso aos recursos da jurisdição interna, ou ter sido impedida de esgotá-los; 3) demora injustificada na decisão sobre isso; 4) o recurso disponível for inidôneo/inútil; 5) faltam defensores ou há barreiras ao acesso à justiça (morosidade do Judiciário).

*****Caso o Estado queira alegar que não houve o esgotamento, deve fazê-lo por “exceção de admissibilidade por ausência de esgotamento dos recursos internos” e deve ser feita desde o procedimento da Comissão, senão perde a oportunidade.

Fase de conciliação

Sempre é buscada a solução amigável entre a vítima, o Estado demandante e o Estado demandado/violador.

Em caso **positivo**, a Comissão elabora seu relatório contendo os fatos e o acordo alcançado, enviando às partes e ao Secretário-Geral da OEA. O sistema acompanhará o caso por meio do monitoramento periódico.

Em caso **negativo**, prossegue-se o trâmite.

Medidas cautelares – a Comissão pode determinar, para evitar danos irreparáveis e o perecimento do direito, inclusive sem ouvir o Estado violador, para cumprimento imediato. CONTUDO, não há previsão dessas medidas na Carta da OEA ou na Convenção, o que faz com que a maioria dos Estados, inclusive o Brasil, entenda que essa medida não tem força vinculante.

Caso Belo Monte – não respeito pelo Brasil das medidas cautelares de sustar a obra, que até já foi entregue. Uma forte atuação do MPF.

Já na Convenção, há previsão de adoção de medidas cautelares pela Corte, a pedido da Comissão.

Casos:

- 1) Presídio Urso Branco (Porto Velho, RO) – só para presos provisórios (em tese), mas não foi. Chacinas entre grupos rivais, devido ao descontrole total.
- 2) Presídio Complexo Penitenciário Pedrinhas (São Luís, MA) – Morte de 22 presos (decapitados).

Em fevereiro, a Corte Interamericana reuniu 4 casos de violações graves de Direitos Humanos em presídios do Brasil (Complexo penitenciário do Curado, PE; Pedrinhas (MA); Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho (RJ) e Unidade de Internação Socioeducativa (ES) para menores), destacando a dimensão geográfica da violação, provocando o primeiro julgamento coletivo de casos na Corte.

Fase e deliberação

Se não tem conciliação, a Comissão elabora um relatório com suas conclusões:

- a) Arquivamento (exceção preliminar);
- b) Arquivamento mérito
- c) Conclusão pela violação – elaboração do primeiro informe/relatório (confidencial, enviado ao Estado). Se cumprido, OK.

Nos casos (a) e (b) não há recurso. O Estado até pode encampar a petição inicial, mas dificilmente o fará, porque teme-se o “efeito bumerangue”.

3 meses de não cumprimento do relatório:

- 1) Se o Estado não for signatário da Convenção ou não tenha se submetido à jurisdição da Corte, será publicado o segundo informe, que é um relatório público.
- 2) Se o Estado tenha aderido à jurisdição da Corte, a Comissão pode remeter para lá.

Cabe prorrogação do prazo de 3 meses em comum acordo da Comissão com o Estado (princípio da boa-fé objetiva).

Se o Estado concordar, não pode alegar decadência do direito de propor a ação na Corte (envio do relatório à Corte pela Comissão). Só pode essa alegação nesses primeiros 3 meses, não na prorrogação.

No caso de descumprimento das recomendações previstas no segundo relatório dentro do prazo estipulado, a Comissão encaminha seu relatório anual à Assembleia Geral da OEA, constando que não foi cumprido pelo Estado, para que a OEA tome medidas de convencimento do Estado. (Caso José Pereira e Caso Maria da Penha).

Corte Interamericana de Direitos Humanos

Criação em 1969 (vigor em 1978), 1º sessão em 1979.

Sede em San José da Costa Rica, não é órgão da OEA, só da Convenção.

Composição – 7 juízes, escolhidos pelos Estados Partes da Convenção.

Mandato de 6 anos, com 1 reeleição. Eleição a título pessoal.

Não há impedimento do juiz nacional de um Estado réu atuar no caso.

Julgamento – quórum de 5 juízes, maioria simples.

Competência – jurisdicional (sentenças vinculantes) e consultiva (não vinculantes).

Procedimento na Corte

Jurisdição contenciosa – ação de responsabilidade internacional do Estado por violação de Direitos Humanos.

Legitimidade ativa – Comissão (petições individuais); Estados (petições interestatais), segundo cláusula facultativa de procedimento interestatal.

Legitimidade passiva – Só Estados (nunca pessoas).

Petição inicial – não é informe que é enviado pela Comissão. Ela pode acionar a Corte após 3 meses de não-acatamento do primeiro informe, intimando a vítima ou seus representantes, para que apresentem a petição inicial no prazo de 2 meses.

A partir desse ponto, a Comissão atua como custos legis.

Se a vítima não tem recursos, a partir de 2009 ela poderá ser representada pelo Defensor Interamericano (convênio da OEA com as defensorias públicas nacionais).

Prazo contestação – Estado – 2 meses. Pode reconhecer a responsabilidade, permitindo o julgamento antecipado da lide; pode indicar provas que pretende produzir, fundamentos jurídicos, observações às reparações e custas solicitadas e conclusões. Este é o momento da apresentação da exceção de preliminares – matérias impeditivas da análise do mérito.

-----→ não suspende o procedimento com relação ao mérito, nem prazos--
-----→ resposta da vítima ou representantes no prazo de 30 dias, a partir do recebimento.

A Corte pode convocar audiência para as exceções ou julgá-las na sentença, com a instrução já concluída, junto com o mérito.

Todos os meios de prova são admitidos (testemunhais; pericial; documental), sempre com contraditório.

E logo abre-se para as alegações finais.

É possível habilitar-se como *amici curiae* – pedido de habilitação a qualquer momento, até 15 dias antes da audiência de oitiva de testemunhas ou de resolução que determine o envio de alegações finais.

Medidas provisórias

Cautelares

-----→ De ofício ou por provocação da vítima/representante
Tutelares (para tutelar direitos)

-----→ De ofício ou por provocação da vítima/representante

Também cabe conciliação nesse momento.

Desistência da vítima – é cabível, mas antes a Corte ouve a opinião de todos os intervenientes do processo, para deferir o pedido.

Sentença condenatória – declara a responsabilidade internacional do Estado violador e impõe medidas necessárias.

O Estado deve cumprir integralmente, tendo liberdade de escolha para isso no que se refere à sua execução, exceto para a indenização compensatória, que será executada segundo o processo interno de execução da sentença contra o Estado – art. 68.2 da Convenção – doutrina majoritária diz que é só incluir no orçamento; Valério Mazzuoli – deve obedecer ao CPC, expedição de precatório etc. (minoridade).

Em caso de não cumprimento da sentença, art. 65 da Convenção – inclusão dos casos no relatório anual da OEA.

A Corte monitora o cumprimento com a apresentação de relatórios periódicos, podendo convocar as partes.

A sentença da Corte é definitiva e inapelável. Só cabe recursos de interpretação em caso de divergência sobre o sentido ou alcance da sentença – prazo 90 dias a partir da notificação da sentença. A Corte pode, de ofício ou provocada, corrigir erros materiais, no prazo de um mês.

Jurisdição consultiva da Corte:

- 1) Interpretação da Convenção ou de outros tratados concernentes à proteção dos Direitos Humanos nos Estados Americanos (até tratados universais);
- 2) Compatibilidade entre qualquer de suas leis internas e os mencionados instrumentos internacionais.

Legitimidade ativa – Estados membros da OEA, todos; Comissão de Direitos Humanos e outros órgãos da OEA.

Na segunda hipótese (compatibilidade entre leis e tratados), só Estados membros da OEA.

Não tem força vinculante – função orientadora.

Cinco fatores que influenciam no cumprimento de sentenças da Corte Interamericana:

- 1) cortes nacionais e a forma que os juízes consideram a sentença – se parte do sistema interno ou não;
- 2) institucional – a estrutura para o cumprimento das sentenças: total, parcial ou não cumprimento;
- 3) orçamentárias;
- 4) questão cultural – uso político das sentenças, bloqueios burocráticos e ineficiência institucional;
- 5) questões externas – complexidade das sentenças, número de vítimas etc.

SISTEMA AFRICANO DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS

Carta Africana dos Direitos Humanos e dos direitos dos povos

O sistema regional africano de proteção dos Direitos Humanos e dos povos é o mais novo dos sistemas regionais – surgiu em 1981, estando ainda em processo de implantação e consolidação.

Reflete um sistema com características próprias a partir da singularidade e da complexidade do continente, sua luta pela descolonização, autodeterminação dos povos, respeito às diversidades culturais e às tradições africanas, bem como a sobrevivência a tamanhas violações de Direitos Humanos.

Há alguns fatores que tornam esse sistema ainda mais complexo: 1) falta de homogeneidade política; 2) escassez de recursos em meio a um cenário de grave conflituosidade interna; 3) o respeito à diversidade cultural e às tradições africanas.

A Carta Africana dos Direitos Humanos e dos direitos dos povos (1981) foi aprovada em Nairobi, Quênia (Carta de Banjul, capital da Gâmbia).

Consistiu em afirmar que os povos são também titulares de Direitos Humanos, tanto no plano interno como na esfera internacional.

Até então havia só o reconhecimento do direito à autodeterminação (pacto de 1966). Com a Carta Africana, veio a afirmação dos direitos dos povos à:

- 1) existência enquanto tal (art. 20);
- 2) livre disposição de sua riqueza e recursos naturais (art. 21);
- 3) ao desenvolvimento (art. 22);
- 4) paz e à segurança (art. 23);
- 5) preservação de um meio ambiente sadio (art. 24).

A doutrina debateu muito sobre o real sentido de cada um desses direitos, mas também se preocupou de tratar do objeto.

Conceito de povo – no Direito Internacional, ainda não há uma definição consensual, justamente pela dificuldade de se distinguir com nitidez um povo de um Estado. O Direito Internacional Público há muito reconhece oficialmente Estados ou governos, mas ignora um processo formal de reconhecimento da identidade dos povos.

Há variação terminológica entre os documentos internacionais: Na Carta da ONU, abre-se com a afirmação “nós, os povos das Nações Unidas”, sem dizer se são os povos ou as nações que são parte na Carta. Já em outras partes há uma mistura de povos com nações e territórios com Estados. Por outro lado, em

outros tratados, povo aparenta ser grupos ou minorias, como Pacto Civil, que menciona em seu art. 5 e 27 “nos Estados em que haja minorias étnicas...”

Para efeitos hermenêuticos, Fábio Konder Comparato diz que a regra mais prudente é considerar povo como uma noção que depende do contexto, ou seja, pode ser toda uma população de uma colônia ou território ocupado, pode ser a totalidade dos cidadãos de determinado Estado, ou um grupo minoritário deste, com características de minoria, ou seja:²¹

- (i) grupo social numericamente inferior, mas não politicamente dominante;
- (ii) (ii) com características étnicas e religiosas ou linguísticas estáveis, nitidamente diversas do restante da população.

Problema: quando o povo é tomado separadamente do Estado que se inclui, ou do governo que o representa, não é uma unidade jurídica autônoma, não tendo personalidade.

Para casos em que o povo tenha direitos subjetivos, distintamente considerados, a legitimidade para o exercício desses direitos pode vir por meio da substituição no processo, como ocorre nas *class actions*.

Da mesma forma que o Comitê dos Direitos Humanos criado pelo Pacto Civil de 1966 admite denúncias de terceiros sobre violação de direitos de outros indivíduos, isso poderia ser uma saída (segundo Comparato).²²

Direitos de existência (art. 20) – não há na Carta Africana o direito à diferença, que já consta na Declaração sobre Raça e Preconceito Racial da UNESCO, de 1978, que se refere ao direito de manter a própria identidade cultural – “todos os povos têm o direito de ser diferentes, de se considerarem diferentes e de serem vistos como tais”.

No direito à existência, não é o mesmo acima, nem mesmo à autodeterminação. Esse é político, refere-se à auto-organização, enquanto o primeiro é o mais fundamental dos direitos dos povos, o de não ser vítima de ações genocidas.

Direito ao desenvolvimento – é o mais controverso. Já no âmbito da Assembleia Geral da ONU se reconhece o desenvolvimento como um amplo processo econômico, social, cultural e político, com o objetivo de melhorar constantemente o bem-estar de toda a população e todos os indivíduos.

²¹ COMPARATO, Fábio Konder. *A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos*. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

²² COMPARATO, Fábio Konder. *A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos*. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

Há, por outro lado, um consenso razoável no sentido de desenvolvimento como um processo a longo prazo, induzido por políticas públicas ou programas de ação governamental em 3 campos interligados:

- (i) econômico;
- (ii) social;
- (iii) político.

O elemento econômico consiste no crescimento endógeno e sustentado da produção de bens e serviços. Endógeno porque se fundamenta em fatores internos de produção e não em, preponderantemente, recursos vindos do exterior.

O elemento social é a aquisição da progressiva igualdade de condições básicas de vida, isto é, a realização, para todo o povo, dos Direitos Humanos de caráter econômico, social e cultural.

O desenvolvimento integral também comporta um elemento político, que é a realização da vida democrática, ou seja, a efetiva assunção, pelo povo, de seu papel de sujeito político.

Problema 2 – problemas de efetivação do direito ao desenvolvimento por causa da identificação do sujeito passivo e da especificação de garantias.

- 1) O direito ao desenvolvimento, por depender de políticas públicas e por não ser um resultado natural do jogo com as forças de mercado, tem como sujeito passivo o Estado (entendido como o conjunto dos órgãos do governo). Mas o povo é representado também pelo Estado (legislativo, executivo). Assim, o Estado não pode ser parte ativa e passiva. Nesses casos, deve-se buscar uma representação própria para o povo, como ocorre aqui no Brasil com o Ministério Público.
- 2) A efetivação do direito ao desenvolvimento esbarra na ausência quase completa de mecanismos jurídicos de garantia. Ou seja, embora ainda sejam obrigações jurídicas, não há como se exigir em juízo. Não é mera aspiração política, e seu controle se faz por meio de políticas públicas ou programas governamentais, o que oportuniza um controle judicial de constitucionalidade dessas leis e atos.
- 3) O componente econômico do direito ao desenvolvimento pode se ver muito prejudicado por ações de Estados estrangeiros, no plano internacional. E isso consta na própria Carta Africana, no art. 21 – direito à livre disposição de sua riqueza e recursos naturais e o direito de reconhecer esses bens que foram espalhados por outros países **ou** receber indenização correspondente. **Ou, ainda**, ações internacionais de políticas de bloqueio econômico ou de aviltamento (degradação) do preço de matéria prima exportada pelos países subdesenvolvidos. **Ou**, cobrança de dívidas externas manifestamente lesivas aos países devedores.

Para debater essas questões, não há dúvidas que o foro legítimo é a ONU. Direito à paz e à segurança – art. 23 – novamente há a questão do objeto desse direito, que não foi definido pela Carta Africana, que se limitou a casos de abuso individual, como o não envolvimento em atividades subversivas contra o país de origem de uma pessoa que tenha direito de asilo, ou contra qualquer outro Estado Parte da Carta, ou então atividades terroristas.

Comparato diz que teria sido mais eficaz indicar no plano interno a ligação essencial entre a segurança e o regime democrático, impondo mecanismos de controle do comércio de armas, por exemplo, para a preservação da paz externa.

Direito dos povos à preservação do equilíbrio ecológico – a Carta Africana foi a primeira convenção internacional a afirmar esse direito, colocando-o como condição de desenvolvimento nacional, ou seja, desenvolvimento sustentável e sustentado. Mas também faltam mecanismos jurídicos de garantia, ainda que isso não elimine a importância de se colocar na Carta esta cláusula, gerando um sentimento jurídico dessa exigência.

Deveres na Carta Africana – justifica-se devido à imposição do modo de vida ocidental.

Questão da monogamia na organização familiar tradicional, imposta pelos colonizadores (não havia preparo para o molde ocidental de família), bem como o recorte arbitrário de antigas colônias, desrespeitando a realidade étnica, o que representou o processo de independência na segunda metade do século XX. A Carta traz a ideia de respeito mútuo para o exercício de liberdades.

ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL INTERNACIONAL QUE TODOS PRECISAM CONHECER

ONG 1 – Save The Children

A Save The Children tem como objetivo defender os direitos das crianças e contribuir para que desenvolvam o seu potencial em toda a plenitude. FUNDAÇÃO: foi criada em Londres, em 1919, com o propósito de ajudar as crianças nas áreas devastadas pela I Guerra Mundial. Hoje, está presente em 120 países.

ATUAÇÃO: responde a emergências provocadas por desastres naturais, fome, guerras ou surtos de doença, protegendo as crianças. O ensino é outra das prioridades, distribui ainda livros e brinquedos educativos. Os cuidados de saúde constituem igualmente uma área de atuação, sabe-se 5,9 milhões de crianças morrem todos os anos vítimas de doenças evitáveis, por isso está empenhada na luta contra a miséria, uma barreira para o desenvolvimento pleno pois a pobreza está indissociavelmente ligada à fome. O objetivo é ajudar os pais a proverem às necessidades básicas dos seus filhos.

ONG 2 – AMI Assistência Médica Internacional

A AMI é uma ONG portuguesa de ajuda humanitária. Destina-se a lutar contra a pobreza, a exclusão social, o subdesenvolvimento, a fome e as consequências da guerra em qualquer parte do Mundo. Na área internacional, a AMI desenvolve três grandes tipos de intervenções: Missões de Emergência; Missões de Desenvolvimento com equipas expatriadas; Projetos Internacionais em Parceria com Organizações Locais (PIPOL).

FUNDAÇÃO: foi fundada em 1984 pelo médico-cirurgião urologista Fernando Nobre. Assume-se como uma organização humanitária inovadora em Portugal vocacionada para missões internacionais. Desde 1987, a organização já realizou missões em 79 países, tendo enviado centenas de voluntários e toneladas de ajuda.

ATUAÇÃO: desenvolve a sua atividade nas mais variadas áreas: água e saneamento, alimentação e nutrição, ambiente, educação e formação, inclusão social, luta contra a pobreza e saúde. A missão visa avaliar o estado nutricional das pessoas que aí se encontram, desenvolver ações de formação e capacitação agrícola, realizar campanhas de saúde e permitir o acesso à saúde da segurança social. Presta apoio domiciliário, satisfazendo necessidades básicas de pessoas que se encontram em situação de isolamento e impossibilitadas de se deslocarem.

ONG 3 – Médicos sem fronteiras

Oferece ajuda médica e humanitária a populações afetadas por conflitos armados, epidemias, catástrofes naturais e promove acesso a cuidados de saúde. É a maior ONG de ajuda humanitária mundial na área da saúde. Esta organização tem também como objetivo sensibilizar o público sobre o sofrimento dos seus pacientes, denunciando situações de violação dos direitos humanos mais elementares. A sua “ação de ajuda humanitária civil e independente das influências políticas” recebeu o Prêmio Nobel da Paz, em 1999.

FUNDAÇÃO: foi fundada em 1971, na França, por jovens médicos e jornalistas que trabalharam como voluntários, no final da década de 1960, na Guerra do Biafra, na Nigéria. A primeira missão dos MSF foi em Manágua, capital da Nicarágua, em 1972, depois de um terremoto ter destruído grande parte da cidade e matado cerca de 30 mil pessoas. Atualmente desenvolvem programas em 71 países, envolvendo milhares de profissionais de saúde e pessoal administrativo e de logística.

ATUAÇÃO: fornecem cuidados de saúde básicos, realizam cirurgias, combatem epidemias, reabilitam e administram hospitais e clínicas e realizam campanhas de vacinação, nutrição e prestam cuidados de saúde mental. As suas atividades incluem ainda o tratamento de pessoas feridas, prestação de cuidados maternos, criam sistemas de saneamento e fornecimento de água potável.

ONG 4 – ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL – CARE

Está presente em 94 países e tem por missão salvar vidas, erradicar a pobreza e alcançar justiça social. O seu foco são as meninas e as mulheres. O motivo? Pois são elas a mais afetadas pela miséria entre todos do Mundo. Além disso, as quase sete décadas de experiência mostram que a capacitação da população feminina é a chave para famílias inteiras saírem de uma situação de pobreza extrema.

FUNDAÇÃO: Foi fundada nos USA em 1945 na junção de 22 organizações norte-americanas que se mobilizaram para apoiar os sobreviventes da II Guerra, enviando *Care Packages*, cestinha com alimentos e outros bens essenciais de higiene.

ATUAÇÃO: primeira organização deste género a atender crises humanitárias. Durante uma situação de emergência, a organização satisfaz as necessidades imediatas das pessoas afetadas, fornecendo comida, abrigo, água e produtos de higiene. Através dos seus programas de emergência, anualmente a 12 milhões de pessoas. Além disso, ajuda as famílias e comunidades a construírem as suas vidas após uma crise humanitária. Prepara para lidarem com catástrofes futuras, de modo a mitigar o seu impacto. No trabalho com as meninas, constrói escolas e garante o seu direito à educação. Possui ações para combater a violência e age para impedir os casamentos infantis (antes dos 18 anos) e forçados.

PLANO DA AULA 3.1

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL

Não é um tribunal de exceção ou ad hoc, como podem ser aqueles mediante resolução do Conselho de Segurança da ONU. O Tribunal Penal Internacional foi criado por meio de um tratado internacional, o Estatuto de Roma.

O Tribunal é uma instituição independente. Embora não faça parte das Nações Unidas, ele mantém uma relação de cooperação com a ONU.

Tratado multilateral, considerado um sucesso total da sociedade internacional no combate a crimes tão cruéis contra os Direitos Humanos.

Em 1998, reunidos em Roma, o Estatuto de Roma foi aprovado por 120 Estados, mas teve 7 votos contrários:

- EUA – (chegou a assinar em 2000 com o governo Clinton, mas não ratificou com a mudança para o governo Bush). Disseram que o Tribunal Penal Internacional poderia debilitar o Conselho de Segurança da ONU e que a Corte não deveria ter competência sobre cidadãos de países que não tenham ratificado o Estatuto.
- China – votou contra por causa das questões com o Tibet.
- Índia – contra o princípio da complementariedade, que entende ser contra a sua soberania (princípio que traz a competência residual da Corte, ou seja, só julga se o Estado nada fizer).
- Israel – não concorda com o conceito de “crimes de guerra” constante no Estatuto.

Além desses, votaram contra Filipinas, Sri Lanka e Turquia.

Senegal foi o último país a ratificar o Estatuto.

Entrada em vigor – 01/07/2002.

O Estatuto NÃO ADMITE RESERVAS, bem como os países que o aceitam não podem apresentar escusas para o cumprimento das obrigações.

Atualmente são 122 países parte do tratado, dos quais 34 são africanos; 27 latino-americanos e caribenhos; 25 do Grupo de Países Ocidentais e Outros; 18 da Europa do Leste e 18 da Ásia e Pacífico. Todos os países da América do Sul são partes do Estatuto.

Sede em Haia, Holanda.

Princípios orientadores do Tribunal Penal Internacional

Princípio da personalidade – as normas do Estatuto de Roma visam à responsabilidade de indivíduos, e não de Estados nem de ONGs. Assim, caso um Estado ou ONG pratique conduta de genocídio, crime contra a humanidade, crime de guerra ou agressão, deve-se buscar os responsáveis físicos.

Isso é assim porque há a finalidade do Direito Penal a se buscar na aplicação da sanção.

Deve haver individualização da pena e proporcionalidade entre circunstâncias agravantes e atenuantes.

Princípio da dignidade da pessoa humana – não há possibilidade de exercer a jurisdição sobre menores de 18 anos.

Não cabe pena de morte. A pena privativa de liberdade não poderá ser maior que 30 anos, salvo em casos de extrema gravidade, que é quando cabe a prisão perpétua. Porém, após 25 anos, cabe revisão da pena.

Princípio da irrelevância da qualidade oficial – a aplicação do Estatuto de Roma é a mesma para todos, sem qualquer diferenciação devido a qualidade oficial no direito interno. Nem é causa de redução de pena.

Princípio ne bis in idem – a Corte não vai atuar se a pessoa já tiver sido julgada anteriormente pela mesma conduta, a não ser que esse julgamento – seja para condenar ou absolver – não tenha se pautado na imparcialidade, com independência, só para afastar a pessoa da jurisdição do Tribunal Penal Internacional.

Princípio do juiz natural – regras claras e objetivas de competência jurisdicional, com independência e imparcialidade.

Eleição de juízes – pessoas de elevada idoneidade moral, dos Estados-parte, para mandatos de 9 anos, sem reeleição.

A brasileira Sylvia Steiner integra o corpo de juízes do TPI. Tendo cumprido seu mandato até 2012, continuará a exercer suas funções até a conclusão de caso no qual atua. Leonardo Caldeira Brant, também brasileiro, integra o Comitê Consultivo para Nomeações (eleito em 2012 para mandato de três anos).

- Princípio da legalidade – conduta já tipificada como crime.

- Princípio da anterioridade – somente crimes praticados após 01/07/02, data da entrada em vigor do Estatuto. Ou da data de ratificação pelo Estado-parte.
- Princípio da irretroatividade internacional penal
- Princípio da imprescritibilidade – Não há prescrição dos crimes (art. 29, Estatuto).
- Princípio da complementariedade – a Corte só atua subsidiariamente ao Estado, ou quando o Estado se mantiver silente ou quando não for capaz de julgar os supostos criminosos. Para combater a impunidade.

Competência Tribunal Penal Internacional

Delitos contra a humanidade *lato sensu*, é sempre aqueles contra o ser humano.

A partir do Estatuto de Roma, há 4 crimes que são de competência do Tribunal Penal Internacional:

- 1) Genocídio (art. 6)
- 2) Crimes contra a humanidade *stricto sensu* (art. 7)
- 3) Delitos de guerra (art. 8)
- 4) Crimes de agressão (art. 9).

Todas essas condutas possuem uma indeterminação de sujeitos passivos – não sendo possível nominar cada vítima – e também há indivisibilidade do objeto da sanção – porque não alcança só o grupo afetado, mas toda a coletividade.

Genocídio – elemento subjetivo do tipo: intenção de querer destruir determinado grupo social.

Grupo social, nacional, racial, étnico ou religioso.

Em que consiste - Homicídio direto; sujeição do grupo a condições de vida capazes de destruí-lo; imposição de medidas de impeçam a sua reprodução; transferência à força, de crianças de um grupo para outro.

Não há previsão do genocídio cultural, como a proibição do uso de um idioma, ou de um genocídio político.

Necessário o dolo específico de querer destruir o grupo afetado. Não tem figura dolosa.

Bem jurídico coletivo, transindividual.

Crimes contra a humanidade – origem em Nuremberg.

Polêmicos porque precisaram de uma definição muito mais precisa para o Tribunal Penal Internacional.

Não é necessário que exista um conflito armado, podem ocorrer em tempos de paz.

Deve se traduzir em um ataque, generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil, o que faz com que estejam na conduta várias pessoas.

Consiste em – extermínio direto ou indireto; emprego de métodos para a execução desses ataques; redução à condição de escravo (apartheid); desaparecimento de pessoas; escravatura sexual; atos desumanos que afetem à saúde física ou mental.

Crimes de guerra – ideia muito extensa no Estatuto de Roma, objeto de muita negociação entre os Estados.

Consiste no uso de armas proibidas, não só em casos de guerra declarada, mas também quando não houver (casos de conflitos sem perfil internacional). Para se configurar essa condição, deve haver um conflito armado prolongado. Tortura também entra aqui.

Crimes de agressão – já foi chamado de crime contra a paz. Foi tão polêmico que o Estatuto de Roma ainda não o adotou, estando previsto para janeiro de 2017 a sua entrada em vigor.

Pratica-se o crime quando um Estado provoca, incita o ataque armado de outro sem motivação de legítima defesa ou de autorização antecipada do Conselho de Segurança, violando manifestamente a Carta das Nações Unidas (art. 8 bis).

O Tribunal Penal Internacional já proferiu condenação por crimes cometidos contra patrimônio cultural e religioso numa situação de conflito armado, tendo por base crimes de guerra. Ahmad al-Faqi al-Mahdi, que havia sido capturado em setembro de 2015, cumprirá 9 anos de prisão por ter destruído nove mausoléus do século 16 e parte de uma mesquita do século 15 na cidade de Timbuktu, na região central do Mali, na África.

Al-Mahdi era responsável por vigiar o “respeito à moral pública” e por “prevenir o vício” na cidade, em nome do grupo radical islâmico ao qual pertencia, o Ansar Eddine (defensores da fé).



Al-Mahdi Condenado do TPI
Dois monumentos destruídos
Mausoleu e Mesquita
Fonte: Pinterest



Ainda, segundo Luciano Bottini Filho, há alguns entraves para o Brasil no que tange ao Estatuto de Roma:

*Extradição de Brasileiro. Se um autor de crime contra a humanidade for um cidadão brasileiro nascido no País (não naturalizado) e estiver em solo nacional, jamais poderia ser mandado para Haia. É que a Constituição proíbe a extradição de brasileiros natos. O termo usado pela Corte é entrega, pois esse tipo de transferência de acusados tem um regime próprio, diferente da extradição.

*Crime de Agressão. O Brasil ainda não ratificou a emenda feita em Kampala, em 2010, que cria o crime de agressão. Esse tipo penal serve para punir líderes de Estados que iniciam uma guerra sem justificativa. A Corte está fazendo uma campanha para que o País incorpore a adesão, já que são necessárias pelo menos 30 aprovações para que o crime passe a valer em janeiro de 2017.

*Penas. Não existe prisão perpétua no Brasil. Mas o TPI pode condenar uma pessoa para o resto da vida se o crime for muito grave. Assim, o governo brasileiro estaria impedido de enviar um acusado, simplesmente pelo risco de ele vir a ser condenado a uma pena inexistente aqui.

*Crimes. O Estatuto de Roma exige somente que os governos cooperem com o tribunal. Logo, não é preciso que os crimes estejam exatamente previstos em lei. Se o Estado não agir, o Tribunal entra em ação (a chamada complementaridade de jurisdição). A questão é que os projetos de lei tipificando crimes de guerra ou genocídio são mais lenientes aqui do que lá. Um genocidário pode passar até 35 anos na cadeia brasileira, mas em Haia as penas não têm esse limite.

*Reduções de pena. A legislação brasileira permite que um condenado por um crime internacional possa ter a pena reduzida em circunstâncias que não está previstas lá fora. No TPI, por exemplo, arrependimento não conta.

*Cooperação. Mandados de prisão, cartas rogatórias e tudo mais que possa ser solicitado em Haia ainda não tem um tratamento preferencial. O ideal seria que os pedidos fossem encaminhados de forma prioritária e que as promotorias conversassem entre si, sem passar pelo Judiciário brasileiro.

*Imprescritibilidade. Crimes internacionais não prescrevem. Tal regra não se aplica no Brasil.

*Imunidades de chefe de Estado. Ninguém pode escapar da jurisdição de Haia por ocupar um cargo político. Diferente do Brasil, presidentes em Haia não tem foro especial. Vide o ex-presidente da Costa do Marfim, Laurent Gbagbo, detido enquanto aguarda julgamento.

*Peso jurídico do Estatuto de Roma. Ainda não se sabe se a adesão do Brasil ao tribunal tem valor constitucional. É que as regras sobre tratados de Direitos Humanos entraram em vigor apenas em 2004. Se não for considerado uma emenda à Constituição, as regras especiais do tratado ficam em desacordo com a Constituição.

*Sem crime, sem prévia lei. O Código Penal brasileiro pauta-se pela estrita legalidade. Penas e tipos penais precisam estar bem definidos. O problema é que o Estatuto de Roma não especifica qual a pena para cada tipo de crime. Existem crimes de um lado e um rol de sanções no outro.

A sentença é quem faz a ligação. Além disso, um novo documento, adotado em 2002, chamando de Elementos do Crime, detalhou as condutas dos crimes de forma mais específica. De modo que um criminalista brasileiro poderia entender que alguns tipos penais julgados em Haia não são os quais o Brasil aceitou.



FONTE: Revista *istoé*²³

Para se discutir?

Jair Bolsonaro vai ser julgado no TPI? Acumulam-se o fundamento de: 1) *Crime contra a humanidade* pela destruição da natureza, estimulada pelas políticas de desmatamento, e queimadas na região da Amazônia; 2) Crime de agressão e incitação ao genocídio por estimular preconceito e violência com as minorias, índios, quilombolas e LGBTs, e acumulando as denúncias a responsabilidade pela morte de mais de 500 mil pessoas ocasionando de fato o 3) *Genocídio* por ingerência das políticas de combate a pandemia COVID-19.

Artigo acadêmico:

MACHADO, Caroline et al. Da possibilidade de reconhecimento do ecocídio pelo Tribunal Penal Internacional L. *E-Civitas*, Itajaí, v. 13, n. 2, p. 121-151, 2020.

Artigos da imprensa: (cronologicamente de 2020 a 2021):

- Human Rights Watch. Brasil: enfrente a ilegalidade na Amazônia. Incentivar a polícia a matar prejudica a segurança pública. jan. 2020. <https://www.hrw.org/pt/news/2020/01/14/337664>
- BBC. Por que é improvável que Bolsonaro seja investigado pelo Tribunal Penal Internacional. Julho 2020. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53463746>
- IG notícias. Tribunal Penal Internacional rejeita denúncias contra Bolsonaro Entidades brasileiras acusaram o presidente de cometer crimes contra a humanidade. Agosto 2020.

²³ <https://www.istoedinheiro.com.br/ecocidio-onde-roma-e-amazonia-se-encontram/>

<https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2020-09-15/tribunal-penal-internacional-rejeita-denuncias-contr-bolsonaro.html>

- Human Rights Watch. Pandemia de Covid-19 devasta o Brasil. Presidente Bolsonaro continua a se opor a medidas que poderiam salvar vidas. Março 2021. <https://www.hrw.org/pt/news/2021/03/30/378382>
- Revista Isto é. Bolsonaro e o homicídio culposo de 80 mil brasileiros. maio 2021. <https://istoe.com.br/bolsonaro-e-o-homicidio-culposo-de-80-mil-brasileiros/>
- Human Rights Watch. Declaração da Human Rights Watch sobre os ataques contra lideranças indígenas Munduruku. Maio 2021. <https://www.hrw.org/pt/news/2021/05/26/378819>
- Human Rights Watch. Brasil: Fracasso na Resposta à Emergência Educacional: Cortes de orçamento e resposta desastrosa à pandemia de Covid-19 deixam milhões fora da escola. Junho 2021. <https://www.hrw.org/pt/news/2021/06/11/378937>
- Carta Capital. Premiê israelense [Benjamin Netanyahu] viu risco de Bolsonaro ser julgado por genocídio em Tribunal Internacional. Junho 2021. Leia mais em <https://www.cartacapital.com.br/mundo/premie-israelense-viu-risco-de-bolsonaro-ser-julgado-por-genocidio-em-tribunal-internacional>

PLANO DA AULA 3.2

DIREITO HUMANITÁRIO - REFUGIADOS

Fim da segunda guerra mundial – evidenciaram a necessidade de elaboração de mecanismos capazes de solucionar os problemas relacionados às milhares de pessoas em lar, sem país e sem nacionalidade.

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados - foi criada em dezembro de 1950 por resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas. Iniciou suas atividades em janeiro de 1951, com um mandato inicial de três anos para reassentar refugiados europeus que estavam sem lar após a Segunda Guerra Mundial. Seu trabalho tem como base a Convenção de 1951 da ONU sobre Refugiados.

Filippo Grandi é o atual Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados. Ele foi eleito pela Assembleia Geral da ONU em 2015 para iniciar seu mandato em 1 de janeiro de 2016 e atuar por cinco anos, até 31 de dezembro de 2020. Dados oficiais do ACNUR – cerca de 67 milhões de pessoas são consideradas refugiadas em 2017.

ASILO E REFÚGIO

Asilo – Eclodiu antes que o refúgio. Latim *asylum*, que se refere à qualquer área que proporcione proteção, guarida ou localidade que seja capaz de defender o indivíduo contra afrontas de qualquer natureza.

Ainda que venha desde os tempos das revoluções, principalmente a francesa, o asilo se consagrou na Declaração Universal de DH de 1948, no art. 14:

“Toda pessoa, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países. Este direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos propósitos e princípios das Nações Unidas.”

Asilo em sentido amplo - conjunto de institutos que asseguram o acolhimento de estrangeiro que, em virtude de perseguição odiosa (sem justa causa), não pode retornar ao local de residência ou nacionalidade (André de Carvalho Ramos).

Assim, há duas espécies:

- 1) Asilo político
 - asilo territorial
 - asilo diplomático
- 2) Refúgio

O asilo político é algo genuinamente latino-americano, justamente pela incidência de tantos regimes ditatoriais. Possui estatuto próprio e só se configura com 3 requisitos: 1) concessão apenas para estrangeiros; 2) a matéria deve se limitar à de cunho político; 3) necessidade de perseguição política iminente, nem passada, nem futura, mas a de agora.

O asilo territorial – quando o solicitante se encontra inserido fisicamente dentro do território do Estado ao qual requereu abrigo.

O asilo diplomático - para que o solicitante permaneça nas extensões do território do Estado acolhedor, como embaixadas, navios e aviões (uma enorme exceção para a AL).

O refúgio é aplicado na seara internacional, englobando também a América Latina, já que vem de organizações que possuem abrangência mundial.

Origem – Liga das Nações, 1921, e logo depois, ONU, por razões distintas ao asilo político latino-americano. Primeiros auxílios aos refugiados russos que fugiam da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Asilo – algo individual

Refúgio – algo para muitas pessoas.

É fundamental entender que cada solicitante de refúgio ou asilo é, também, consequência de um padrão de violação de direitos humanos. Direito de pedir asilo ou refúgio considerado como um direito fundamental, que jamais pode ser considerado crime ou ofensa.

Pilar básico – princípio do não rechaço (*non-refoulement*) e direito de retornar ao país de origem com segurança e dignidade.

CONVENÇÃO SOBRE O ESTATUTO DOS REFUGIADOS

1951 – com base no art. 14 da DUDH.

Art. 1º - refugiado é toda pessoa que, em virtude de eventos ocorridos antes de 1 de janeiro de 1951 e devido a fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, participação em determinado grupo social ou opiniões políticas, está fora de seu país de origem ou não pode (ou não quer) se fazer valer da proteção de seu país também devido a esse temor.

Refugiado pode também não ter nacionalidade.

Para aumentar o alcance da definição, foi elaborado o protocolo sobre o estatuto dos refugiados, suprimindo o prazo antes constante, incluindo também os refugiados de todas as regiões do mundo, não se limitando à Europa.

Convenção da Organização da Unidade Africana de 1969 – rege os aspectos específicos dos refugiados, aplicável aos países membros da união africana (54 membros, cobrindo quase todo o continente africano).

Conceito de refugiado (UA) – toda pessoa que, em virtude de uma agressão, ocupação ou dominação estrangeira, e de acontecimentos que perturbem gravemente a ordem pública – em parte ou na totalidade de seu o país de origem, ou de seus país de nacionalidade, vê-se obrigada a abandonar sua residência habitual para buscar refúgio em outro lugar, fora de seu país de origem ou de nacionalidade.

Ou seja, tirou o temor de perseguição como um critério para se configurar o estado de refugiado.

Declaração de Cartagena sobre os refugiados (1984), aplicável aos países latino-americanos, devido à grande afluência de refugiados da América Central.

Conceito de refugiado (Cartagena) – abrange também as pessoas que fugiram de seus países porque sua vida, segurança ou liberdade foram ameaçadas pela violência generalizada, pela agressão estrangeira, pelos conflitos internos, pela violação maciça de direitos humanos, ou por outras circunstâncias que hajam perturbado gravemente a ordem pública.

Todos esses documentos devem ser considerados como complementares, e não excludentes ou incompatíveis.

Declaração de Nova Iorque sobre refugiados e migrantes (2016) – aprovada por unanimidade pelos 193 países da ONU, tendo como pano de fundo o aumento do fluxo migratório de pessoas em todo o mundo, tanto em virtude de conflitos internos, perseguições, violações maciças de direitos humanos, mudanças climáticas, desastres de toda natureza ou por busca de melhores condições de vida.

Aborda obrigações mínimas dos Estados no trato dos refugiados e migrantes.

O encontro entre direitos humanos e refúgio acontece em 4 momentos:

- 1) Anterior ao refúgio, em que a ameaça ou violação a direitos fundamentais resultam na busca do asilo (aqui se referindo principalmente à perseguição devido à prática de direitos de primeira dimensão);
- 2) Quando a pessoa se vê obrigada a abandonar o seu país de origem, devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, por pertencer a um determinado grupo social, ou mesmo por opiniões políticas.

- 3) Durante o período de refúgio, em que os direitos dos refugiados devem ser protegidos pelo país que os acolheu (direito a um refúgio seguro e dever de seguir as leis do país que o acolheu).
- 4) No momento da solução do problema dos refugiados, que pode ser: *a repatriação voluntária, a partir do caráter voluntário desse retorno; *integração local; * reassentamento em outros países.

PREVENÇÃO E REPRESSÃO DO CRIME DE GENOCÍDIO

O genocídio, hoje, é considerado crime de *jus cogens*, ou seja, é um crime que viola altos bens jurídicos protegidos pela comunidade internacional, gerando inclusive a tutela complementar do Tribunal Penal Internacional (TPI), em caso de não haver repressão interna por omissão ou desídia ou, ainda, por coisa julgada fraudulenta (simulacro de perseguição). Trata-se de crime que gera o postulado do “ou extradita ou julga”, isto é, ou o Estado persegue criminalmente ou ele extradita para um Estado que persiga criminalmente.

Importante notar que o genocídio não fez parte como tipo penal do Tribunal de Nuremberg, onde houve a condenação por crimes contra a humanidade e por diversos crimes de guerra, não havendo consenso da existência de uma prévia tipificação do genocídio no direito internacional, seja por meio de normas escrita seja por meio de costumes. Portanto, nas tratativas a respeito da formação do Tribunal de Nuremberg não houve consenso em relação ao crime de genocídio e, por conta disso, não houve punição por crime de genocídio. Também por causa disso, houve todo um esforço da comunidade internacional de buscar adotar uma convenção para prevenção e repressão do crime de genocídio, onde contivesse mandado explícito de criminalização, a fim de que os Estados criminalizassem o genocídio.

O tipo de genocídio tem como bem jurídico a identidade étnica, a unidade e a sobrevivência do grupo cultural enquanto tal. Trata-se de um bem jurídico penal tipicamente transindividual de acepção coletiva, sendo consagrado como bem coletivo autônomo pela comunidade internacional, para o desespero daqueles que defendem que só é possível a tutela penal dos bens jurídicos individuais, que compõem o chamado direito penal nuclear, a exemplo da vida, do patrimônio.

Contudo, o crime de genocídio é um dos que consagra no campo internacional a ideia de que é possível a perseguição penal de bens que se refiram a uma coletividade, ou seja, bens jurídicos que tenha referibilidade a uma coletividade de sujeitos indeterminados, mas que estão ligados por um laço que os unificam. No caso do genocídio, a identidade étnica, racial ou nacional constitui esse laço.

Conceito de genocídio:

- Todos os atos de assassinato de membros do grupo;

- atentado grave a integridade física e mental de membros do grupo;
- submissão deliberada a grupo e condições de existência que acarretarão sua destruição física, total ou parcial;
- medidas destinadas a impedir nascimentos no seio do grupo;
- transferência forçada de crianças de um grupo para outro grupo, desde que tais atos sejam cometidos com a intenção de destruir no todo ou em parte grupo nacional, étnico, racial ou religioso.

Essa definição parece com o tipo de genocídio que adotamos no Brasil, por tal razão o nosso tipo de genocídio é considerado o cumprimento quase que perfeito da Convenção em estudo.

A Convenção sobre Genocídio constitui o primeiro tratado a fazer menção sobre a necessidade da criação de um tribunal criminal internacional. Portanto, a Convenção sobre Genocídio propugna aos Estados pela criação de um tribunal criminal internacional para que possa haver a tutela penal de proteção dos direitos humanos em nível internacional para aqueles casos de grave e sistemática violação de direitos humanos. Importante salientar que o crime de genocídio é tipificado expressamente no Estatuto de Roma, reclamando a jurisdição complementar do TPI.

A Convenção sobre Genocídio também estabelece a possibilidade de consulta à Corte Internacional de Justiça (CIJ) sobre a aplicação da convenção.

Um caso importante sobre a aplicação da Convenção sobre Genocídio ocorreu em relação a invasão e a violência praticada pela Sérvia contra a Bósnia, havendo, nesse contexto da guerra de secessão da Iugoslávia, a constatação de que a Sérvia efetivamente praticou genocídio contra os muçulmanos bósnios, sendo declarado como violação dos direitos humanos.

CIJ sentenciou que o Genocídio não pode ser atribuído ao Estado de Sérvia e Montenegro (então República Federal da Iugoslávia), mas que a Sérvia foi omissa na prevenção e na punição dos culpados, violando a convenção -1º caso da CIJ sobre genocídio. Mais de 200 mil pessoas morreram na guerra, 8 mil muçulmanos.

Convenção relativa ao estatuto dos refugiados e o Protocolo sobre o estatuto dos refugiados

Esta convenção consagra, no sistema universal, a condição de refugiado muito inspirado nas barbaridades e falta de proteção em relação aqueles que perderam suas casas e foram perseguidos em razão das guerras mundiais e as que surgiram depois. A criação da Convenção e do Protocolo foi muito importante a fim de consagrar diversas normas internacionais sobre refúgio. A Convenção sistematiza, detalha, densifica e positiva diversas obrigações para os Estados, constituindo ilícito internacional negar indevidamente a

condição de refúgio, inclusive porque aqui incide o princípio *no refulement* ou princípio do não rechaço.

Na versão original da Convenção, havia uma série de limitações temporais e espaciais para a definição de refugiados e dos direitos dos refugiados. O Protocolo a essa convenção passa a suprimir todas essas barreiras, geográficas e temporais. Com efeito, temos o refúgio como instituto universal de direitos humanos, inclusive há uma ideia de que o refúgio compõe o chamado direito humanitário.

Definição de refugiado: pessoa que “temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele”.

Vale destacar que essa definição trazida pela Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados não é tão ampla como outras definições que vieram depois dela.

O conceito de refugiado foi gestado na Convenção de Cartagena sobre Refugiado, que está no âmbito do sistema interamericano. O espírito dessa Declaração de Cartagena influenciou as disposições de Lei 9.474/97, norma que regulamenta no Brasil a implementação da Convenção da ONU sobre o Estatuto dos Refugiados, prevendo o procedimento de refúgio, a participação e relatório ao alto comissariado da ONU para os refugiados.

Percebe-se uma nova tendência em relação ao refúgio, consistente na ideia daqueles que são obrigados a ser evadir do país por grandes e graves desastres de índole ambiental. Segundo a doutrina mais moderna, são os chamados refugiados ambientais. Nesses casos, há, portanto, uma situação de desastre ambiental, natural ou provocado pelo homem, tornando insustentáveis as condições de vida no país.

O caso da Síria também motivou algumas elucubrações com a ideia do refugiado diplomático. Por conta do fechamento das fronteiras pelos países vizinhos, muito refugiados não conseguem chegar aos países que concedem refúgio.

A Alemanha, por exemplo, concedeu refúgio, no entanto, a Romênia não deixou que os refugiados atravessassem seu território para chegarem à Alemanha. Então, a ideia é trazer alguns institutos como o salvo-conduto e o asilo diplomático para a ideia dos refugiados.

Por fim, vale citar alguns direitos dos refugiados:

- receber dos Estados partes tratamento ao menos tão favorável quanto o que é proporcionado aos nacionais no que concerne à liberdade de praticar a sua religião e no que concerne à liberdade de instrução religiosa dos seus filhos;
- no Estado Contratante em que tem sua residência habitual, qualquer refugiado gozará do mesmo tratamento que um nacional, no que concerne ao acesso aos tribunais, inclusive a assistência judiciária e a isenção da *cautio judicatum solvi*;
- os Estados Contratantes darão aos refugiados o mesmo tratamento que aos nacionais no que concerne ao ensino primário;
- os Estados Contratantes darão, na medida em que esta questão seja regulada por leis ou regulamentos ou seja submetida ao controle das autoridades públicas, aos refugiados que residam regularmente no seu território, tratamento tão favorável quanto possível e, em todo caso, tratamento não menos favorável do que o que é dado, nas mesmas circunstâncias, aos estrangeiros em geral;
- os Estados Contratantes entregarão documentos de identidade a qualquer refugiado que se encontre no seu território e que não possua documento de viagem válido;
- os Estados Contratantes não expulsarão um refugiado que se encontre regularmente no seu território senão por motivos de segurança nacional ou de ordem pública.

O texto da Convenção ainda trata das disposições específicas sobre a situação jurídica do refugiado com diversas regras de direito internacional privado, como:

- o estatuto pessoal de um refugiado será regido pela lei do país de seu domicílio, ou, na falta de domicílio, pela lei do país de sua residência;
- os Estados contratantes concederão a um refugiado um tratamento tão favorável quanto possível, e de qualquer maneira um tratamento que não seja desfavorável do que o que é concedido, nas mesmas circunstâncias, aos estrangeiros em geral, no que concerne à aquisição de propriedade móvel ou imóvel e a outros direitos a ela referentes, ao aluguel e aos outros contratos relativos a propriedade móvel ou imóvel;

Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1968)

O mote chave, segundo o preâmbulo da Convenção, para fins do sistema de proteção universal é a discriminação entre seres humanos, que constitui ameaça a paz e a segurança internacional.

Os crimes de ódio e de discriminação racial num contexto de grave e sistemática violação dos direitos tutelados por esta Convenção podem configurar possibilidade de intervenção de outros Estados, na ideia da doutrina R2P (*responsability to protect*), e imposições de sanções coletivas pelo Conselho de Segurança da ONU.

O preâmbulo prossegue dizendo que “a doutrina da superioridade baseada em diferenças raciais é cientificamente falsa, moralmente condenável, socialmente injusta e perigosa, e que não existe justificação para a discriminação racial, em teoria ou na prática, em lugar algum”.

Portanto, a discriminação racial, no contexto de grave e sistemática violação, pode atrair a atenção dos Estados para intervir na autodeterminação na doutrina do R2P ou na ideia de sanções coletivas do Conselho de Segurança da ONU.

E mais, a discriminação racial pode ser motivo para a prática de crime contra a humanidade, que é um crime de *jus cogens* e de jurisdição complementar do TPI. Inclusive está previsto no TPI a prática de apartheid como forma do cometimento dos crimes internacionais.

A Convenção traz em seu art. 1º uma definição da expressão “discriminação racial”, dispondo:

Artigo 1º - Para os fins da presente Convenção, a expressão "discriminação racial" significará toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto ou resultado anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício em um mesmo plano (em igualdade de condição) de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública.

Assim sendo, deve haver igualdade de fruições dos direitos fundamentais entre as diferentes raças. Aqui entra, por exemplo, a questão da teoria do impacto desproporcional, em que uma lei, aparentemente impessoal, quando se desdobra para o plano dos fatos acaba realizando uma diferenciação odiosa por critérios raciais, tendo em vista que numa situação de igualdade aparente, pela neutralidade da norma, há uma restrição ao reconhecimento,

gozo ou usufruto de direitos fundamentais. Por conta disso, vários doutrinadores vão defender a possibilidade de ações afirmativas, a fim de reequilibrar essa situação socialmente.

Exclui-se do conceito de discriminação racial as chamadas ações afirmativas, que são aquelas destinadas a reequilibrar a desigualdade de relações entre as diferentes raças. Assim, a Convenção permite a introdução de medidas especiais destinadas a assegurar progresso adequado de grupos raciais ou étnicos que estão em desvantagem.

A Convenção estabelece os seguintes mecanismos de monitoramento:

- relatórios periódicos ao Comitê para Eliminação da Discriminação Racial, que é um *treaty bodies*;
- comunicação interestatal; ou
- petições individuais de vítimas.

Nessa convenção, não há instrumento facultativo para aderir, para que se submeta ao sistema de peticionamento.

CONFLITOS MUNDIAIS: PRINCIPAIS CAUSAS E EXEMPLOS

Segundo a ONU, existem atualmente (2020) trinta regiões do mundo que podem ser considerados Zona com a presença de conflitos armados. A maior parte destes conflitos envolve disputas por território e inclui, dentre as motivações, diferenças étnicas, religiosas e o controle de recursos naturais. Para além dos conflitos em andamento, existem ainda zonas de grande tensão geopolítica, como é o caso da Coreia do Norte e do Irã. Outros casos incluem a presença de movimentos separatistas de intensidade variável, mas que criam instabilidades políticas e econômicas regionais, como os casos do Quebec (Canadá), País Basco e Catalunha (Espanha) e Irlanda do Norte.



FONTE: Pinterest

A COREIA DO NORTE E A TENSÃO NUCLEAR

Os testes nucleares da Coreia do Norte, juntamente com a retórica belicosa dos Estados Unidos, deixam a ameaça de guerra na península coreana maior do que nunca na história recente. O sexto teste nuclear de Pyongyang em setembro de 2017 e o alcance crescente dos seus mísseis demonstram uma possível determinação em avançar o seu programa nuclear e poder de destruição intercontinental. O ditador norte-coreano Kim Jong Un acredita que, se renunciar a seu poder nuclear, corre o risco de ser deposto por forças externas. Ao mesmo tempo, o presidente dos Estados Unidos Donald Trump faz discursos duros e afirma que a Coreia do Norte deve ser impedida a qualquer custo de avançar o seu programa nuclear, e principalmente de ser capaz de atingir a porção continental dos Estados Unidos com um míssil com poder nuclear.

Trump afirma que caso cruze esse limite, Kim Jong Un concluirá que ele pode impedir Washington de proteger os seus aliados e assim estabelecerá as suas exigências – de retirar restrições comerciais a expulsar tropas americanas, até a reunificação da Coreia nos seus próprios termos. Por conta disso, os Estados Unidos estão implementando uma “estratégia de pressão máxima”: cercar o Conselho de Segurança em seções mais sólidas, pressionar a China a tomar mais ações para sufocar a economia do seu vizinho, conduzir grandes simulações navais e das forças aéreas, e sinalizar diretamente ou por meio de aliados do Congresso que o país não teme um confronto militar. Até o momento, Trump está deixando claro que busca a total desnuclearização da Coreia do Norte, o que é algo muito improvável.

Tanto a China quanto a Coreia do Sul apoiam sanções mais rígidas e estão frustrados com Pyongyang na mesma proporção em que temem a possibilidade de uma ação militar dos EUA. O presidente chinês, Xi Jinping, teme o caos trazido pela possibilidade de guerra na península, um regime possivelmente alinhado com os EUA e tropas americanas na sua porta, ele também teme que pressionar Pyongyang possa precipitar uma agitação que poderia atingir a China.

Em maio de 2018, surpreendendo o mundo, Coreia do Norte e Coreia do Sul deram início a conversações de paz, num aceno diplomático incomum no histórico dos dois países rivais. No mesmo mês, os norte-coreanos destruíram algumas de suas áreas de testes nucleares, no que pode ser um sinal de melhora na situação diplomática na península coreana.

A CRISE ROHINGYA: MYANMAR E BANGLADESH

A migração de cerca de 370 mil muçulmanos rohingyas de Mianmar para Bangladesh em meados de 2018 é mais um capítulo de uma história marcada por décadas de perseguições. Cerca de um milhão de pessoas dessa minoria, a maior comunidade no mundo, vivem em Mianmar, país predominantemente

budista. A maioria mora de forma precária no Estado de Rakhine, onde tem ocorrido uma tentativa de limpeza étnica por parte do governo de Mianmar.

A crise do povo rohingya é uma das mais longas do mundo e também uma das mais negligenciadas. Em Mianmar eles não tem direito à cidadania, pois são tratados pelo Estado como apátridas. No país, eles são proibidos de se casar ou de viajar sem a permissão das autoridades e não têm o direito de possuir terra ou propriedade. O povo representa cerca de 5% entre 60 milhões de habitantes de Mianmar, e sua origem ainda é amplamente debatida. Por sua parte, eles afirmam serem indígenas do Estado de Rakhine, anteriormente conhecido como Arakan, no oeste do país, mas outros apontam que são, na verdade, muçulmanos de origem bengali que migraram para Mianmar durante a ocupação britânica.

Desde 1948, quando o país se tornou independente, eles têm sido vítimas de tortura, negligência e repressão. Com as dramáticas mudanças políticas e sociais locais nos últimos anos, os ânimos das várias comunidades que habitam o país entraram em ebulição e uma onda de violência e discriminação voltou a emergir contra os rohingyas. Após ter sido governado por uma junta militar por mais de meio século, Mianmar vinha passando por uma transição para a democracia e por melhorias no campo social. Mas a situação não melhorou para os rohingyas.

Em 2012, duas ondas de violência, uma em junho e a outra em outubro, orquestradas por grupos extremistas de maioria budista em Rakhine, deixaram cerca de 140 mortos, centenas de casas e edificações muçulmanas destruídas e 100 mil desabrigados. Autoridades e a polícia foram acusadas de não agir para defendê-los.

Tanto as Nações Unidas quanto as organizações de defesa dos direitos humanos pedem que as autoridades de Mianmar revejam a Lei de Cidadania de 1982, de forma a garantir que os rohingyas não continuem sem pátria. Essa é a única maneira, dizem, para combater as raízes da longa discriminação contra essa etnia. Contudo, muitos budistas de Mianmar nem sequer reconhecem o termo rohingya e os chamam de “bengalis muçulmanos” – uma alusão à visão oficial de que os rohingyas são imigrantes de Bangladesh. Com isso, cerca de 800 mil rohingyas de Mianmar não possuem cidadania. E isso colaborou para incentivar os budistas a acreditarem que sua campanha de segregação e expulsão forçada é justificada.

O TALIBÃ E O LONGO CONFLITO NO AFGANISTÃO

A Guerra do Afeganistão teve início em 1979, e depois de um primeiro período de embate entre soviéticos e afegãos, o conflito se expandiu e voltou a ganhar força a partir de 2001. Atualmente, a luta é travada entre os Estados Unidos e aliados contra o regime talibã.

Os atentados de 11 de setembro de 2001, nos EUA, deram início à Segunda Guerra do Afeganistão. Foram executados pela Al-Qaeda a mando de Osama bin Laden com o apoio do regime talibã. Um dos alvos do atentado foi justamente o símbolo do poder econômico do país – o edifício World Trade Center, conhecido como as torres gêmeas. Nessa altura, o presidente dos EUA era George W. Bush, que promoveu a “Guerra contra o Terror” a partir dali.

Os EUA iniciaram os ataques ao Afeganistão no dia 7 de outubro de 2001, com o apoio da OTAN, mas contrários à vontade da Organização das Nações Unidas (ONU). O objetivo era encontrar Osama bin Laden, seus apoiantes e acabar com o acampamento de formação de terrorista instalado no Afeganistão, bem como o regime talibã. Somente em 20 de dezembro do mesmo ano, o Conselho de Segurança da ONU autorizou, por unanimidade, uma missão militar no Afeganistão.

Esta deveria durar apenas seis meses e proteger os civis dos ataques dos talibãs. Reino Unido, Canadá, França, Austrália e Alemanha declararam o seu apoio aos EUA. Em maio de 2011, Osama bin Laden foi morto por soldados americanos, num ponto marcante do conflito repleto de batalhas, bombardeios, destruição e milhares de mortos.

Em 2018, a nova estratégia dos Estados Unidos para o Afeganistão acelera o ritmo das operações contra uma revolta do Talibã, com mais forças dos EUA, ataques aéreos americanos mais poderosos e ofensivas terrestres mais agressivas por forças afegãs.

O objetivo, segundo oficiais de alto escalão, é impedir o impulso do Talibã e, eventualmente, forçá-lo a um acordo político. Por enquanto, porém, a estratégia é quase exclusivamente militar. Contudo, é importante frisar que atualmente o Talibã controla ou contesta mais territórios do que nunca desde 2001; está mais bem equipado e, entre 2009 e 2012, resistiu a mais de 100 mil soldados dos EUA.

Iraque 2003

Entre 2003 e 2011, os Estados Unidos e seus aliados travaram uma guerra com o Iraque, que foi iniciada por motivações polêmicas: o governo norte-americano alegava que o regime do presidente iraquiano Saddam Hussein desenvolvia armas químicas e de "destruição em massa", nunca foi comprovado. O conflito foi o mais longo com a participação norte-americana desde a guerra do Vietnã, com consequências de “efeito dominó” até hoje na região.

Causas

Desde o fim da invasão iraquiana ao Kuwait, em 1990, e da Guerra do Golfo, em 1991, o ex-presidente iraquiano Saddam Hussein ficou na mira dos Estados Unidos. O governo norte-americano enxergava a política de Hussein como uma ameaça para a região do Oriente Médio e aguardava qualquer movimento em falso de Hussein para lançar uma nova guerra na região.

Esse motivo veio em 11 de setembro de 2001, com os atentados às torres do World Trade Center em Nova York. Alegando que Hussein estaria envolvido com o grupo terrorista al-Qaeda e que o Iraque tinha armas de destruição em massa, o ex-presidente americano George W. Bush determinou a invasão no dia 20 de março de 2003.

O conflito

Os primeiros ataques aéreos foram direcionados aos locais em que Hussein teria encontros com sua equipe. A resistência das tropas iraquianas, embora por vezes parecesse sólida, era desorganizada e fácil de penetrar pela máquina de combate dos Estados Unidos. Pouco menos de um mês (21 dias) depois da invasão, os EUA tomaram controle de Bagdá e dos principais territórios do país declarando a ocupação total.

\Com a ajuda de tropas britânicas aliadas controlavam cidades importantes, como Al-Bashrah. O ditador foi capturado em dezembro e entregue às autoridades iraquianas no ano seguinte, sendo condenado à morte e executado em dezembro de 2006.

Após queda do regime que perdurou 35 anos (partido Ba'ath) foi a guerra civil, sucessivamente cidades foram se rebelando o que dificultava a pacificação do país e manutenção da ordem e a lei. As mortes de soldados aliados dos USA ultrapassaram 3 mil. Só há estimativas de mortes iraquianas resultante da invasão, não se preocupavam em numerar, porém 650 mil perderam a vida e mais centenas de milhares suas casas.

Houve um fortalecimento da al-Qaeda e de grupos extremistas - em 2014, três anos depois da retirada oficial das tropas norte-americanas do Iraque, o Estado Islâmico lançou uma ofensiva militar no norte do Iraque.

Controvérsias

Apesar de quase nenhum país no mundo se opor à queda do regime de Hussein, a maioria das nações e a opinião pública eram contrárias à guerra. Até hoje, questionam-se as razões para a invasão, visto que as armas de destruição em massa não foram encontradas e não houve comprovação da relação de Hussein com a al Qaeda. Em 2016, um relatório feito pelo governo britânico para avaliar a decisão de participar da guerra concluiu que a ação militar não era o último recurso, e que as consequências da invasão foram subestimadas.

O CONFLITO NO IÊMEN

O Iêmen, um dos países mais pobres do mundo árabe, tem sido devastado por uma guerra civil que opõe duas potências do Oriente Médio: de um lado, estão as forças oficiais do governo de Abd-Rabbu Mansour Hadi, apoiadas por uma coalizão sunita liderada pela Arábia Saudita. Do outro, está a milícia rebelde hutí, de xiitas, apoiada pelo Irã. Desde março de 2015, mais de 8,6 mil pessoas foram

mortas e 49 mil ficaram feridas, muitas em ataques aéreos liderados pela coalizão árabe.

Em meio à guerra, o país sofre com bloqueios comerciais impostos pelos sunitas. Em decorrência disso, estima-se que cerca de 20 milhões de pessoas não tenham conseguido receber a ajuda humanitária enviada via portos e aeroportos e criou a maior situação de insegurança alimentar da história recente.

A ONU classifica a situação no Lêmen como uma grave crise humanitária – pois além da guerra civil, há oito milhões de pessoas em situação de fome e uma epidemia de cólera em curso, com 1 milhão de casos declarados, além dos três milhões de deslocados internos em virtude do conflito.

A GUERRA CIVIL SÍRIA

A guerra civil na Síria já vitimou ao menos 400 mil pessoas, além de forçar mais de 5 milhões a saírem do país como refugiados e outros 11 milhões foram obrigados a se deslocar dentro da Síria. Com a economia em frangalhos, quase 80% dos sírios que permaneceram agora vivem abaixo da linha de pobreza.

Em março de 2011, um grupo de crianças e jovens foi preso em Daraa, no sul da Síria, por picharem frases com críticas ao governo. Inconformadas, centenas de pessoas saem às ruas da cidade para protestar contra as restrições à liberdade promovidas pelo governo do presidente Bashar Al-Assad.

Num primeiro momento, simpatizantes dos que se rebelaram contra o governo começaram a pegar em armas – primeiro para se defender e depois para expulsar as forças de segurança de suas regiões. Esse levante de pessoas nas ruas, lutando por democracia, fez parte de um movimento chamado Primavera Árabe e culminou no início da guerra civil na Síria.

Após a represália do governo de Assad contra os jovens que estavam se rebelando contra o regime, alguns grupos foram formados a fim de combater, de fato, as forças governamentais e tomar o controle de cidades e vilas. A batalha chegou à capital, Damasco, e depois a Aleppo em 2012. Mas desde que começou, a guerra civil na Síria mudou muito.

O grupo terrorista Estado Islâmico aproveitou o vácuo de representação por parte do governo, a revolta da sociedade civil e a guerra brutal que acontece na Síria para fazer seu espaço. Foi conquistando territórios tão abrangentes, tanto na Síria como no Iraque, que proclamou seu ‘califado’ ano 2014. Para isso, tiveram de lutar contra todos: rebeldes, governistas, outros grupos terroristas – como se tivessem feito uma guerra dentro da guerra.

Há evidências de que todas as partes cometeram crimes de guerra – como assassinato, tortura, estupro e desaparecimentos forçados. Também foram acusadas de causar sofrimento civil, em bloqueios que impedem fluxo de alimentos e serviços de saúde, como tática de confronto.

Pelo avanço do Estado Islâmico no ganho de territórios, os Estados Unidos fizeram ataques aéreos na Síria em tentativa de enfraquecê-lo, evitando ataques que pudessem beneficiar as forças de Assad – isso em 2014, mas que se repetiu no ano de 2018. A Rússia fez o mesmos contraterrorista na Síria em 2015, mas ativistas da oposição dizem que os ataques têm matado civis e rebeldes apoiados pelo Ocidente.

O resumo da obra em termos de apoio é esse: a Rússia e os Estados Unidos querem o fim do Estado Islâmico. Porém, os Estados Unidos querem a queda do governo de Bashar Al-Assad – por considerarem que seu regime não-democrático é prejudicial à Síria – e, por isso apoia os rebeldes; por outro lado, a Rússia acredita na força de Assad e está apoiando seu regime. A Síria, então, é o território do fogo cruzado dessa guerra fria.

A CRISE HUMANITÁRIA NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

Segundo os dados da ONU, 1,7 milhões de residentes do Congo foram forçados a fugir de suas casas em 2017 - 5,5 mil pessoas por dia. No total, o número de pessoas deslocadas atinge 4,21 milhões, com outros 7 milhões correndo o risco de fome. Isso porque o Congo foi palco da Grande Guerra Africana, o mais sangrento conflito armado desde a Segunda Guerra Mundial. Desde então, a situação no Congo tem permanecido instável.

A guerra durou cinco anos entre 1998 e 2003, matando 5,4 milhões de pessoas, segundo estimativas. É o holocausto africano. Mas pouco se ouve falar sobre ele porque ocorre na floresta densa de um continente esquecido, a África, não mata brancos e não ameaça o Ocidente. É uma guerra travestida de conflito étnico, mas que esconde interesses mundanos: os trilhões de dólares enterrados no solo vermelho do leste do Congo.

O maior país da África subsaariana é também o mais rico em recursos naturais, confiscados desde a colonização belga. Hoje, essa riqueza financia as milícias sem que a população civil seja beneficiada. Ao contrário disso, são explorados no trabalho pesado das minas. Ouro, diamantes, coltan – minério que contém tântalo, usado em aparelhos de celular e tablets – são contrabandeados para países vizinhos como Ruanda, Uganda e Burundi. Calcula-se que apenas 10% das minas do Congo sejam exploradas legalmente.

O SEPARATISMO NA UCRÂNIA

Uma ex-república soviética, a Ucrânia está dividida entre grupos que querem mais proximidade com a União Europeia e outros que têm mais afinidade com a Rússia.

Em novembro de 2013, o então presidente da Ucrânia, Viktor Yanukovich, se recusou a assinar um acordo com a UE e fez pacto com a Rússia por um pacote de ajuda de US\$ 15 bilhões de Moscou e pela redução do preço do gás russo.

Milhares de pessoas foram às ruas para protestar e derrubaram o presidente. Moradores da fronteira alinhados com Putin então se rebelaram com o que chamam de golpe de Estado.

SEPARATISMO NA ESPANHA

A Espanha, assim como inúmeros outros Estados atualmente constituídos, é um território multinacional, ou seja, é formada por várias nações ou por diversos grupos étnicos regionais com identidade nacional diferenciada àquela do país ao qual pertencem. Nesse sentido, esse território é um dos principais locais do mundo em que há movimentos separatistas, com um forte clamor pela independência local em busca da constituição de um novo país.

A existência de movimentos separatistas na Espanha e em outros lugares do mundo chama a atenção para a inconsistência da ideia de unicidade do Estado moderno, em que o estabelecimento de suas fronteiras obedece mais a relações históricas de poder do que propriamente ao sentimento de pertencimento de suas populações.

Esse é o caso dos catalães, que, assim como outros grupos étnicos espanhóis (tais como os Bascos e os Navarros, outros povos da Espanha), possuem um forte sentimento separatista, que é alimentado pelo nacionalismo arraigado que esse grupo regional possui.

Os catalães, além de uma identidade própria, possuem o seu idioma específico: o Catalão, uma língua evoluída a partir do latim e que possui poucas semelhanças com o espanhol. Além disso, eles agregam-se na região da Catalunha, uma província autônoma da Espanha localizada ao sul da França, que possui até mesmo um parlamento próprio, tem 7,5 milhões de habitantes e representa 19% do PIB espanhol.

Os registros mais antigos sobre a presença desse povo na região são do século XII. Durante muitos anos, a Catalunha também integrou o reino de Aragão, em conjunção com o domínio de Barcelona, mas foi com a Guerra de Sucessão Espanhola (1702-1714) que o seu território passou a se tornar, de fato, parte do Estado Espanhol.

Após esse período, a Catalunha começou a se diferenciar economicamente do restante do território espanhol – assim como aconteceu com os Bascos –, tornando-se um dos primeiros locais da Europa a seguir o processo inglês de industrialização. Foi uma região pioneira na Primeira e na Segunda Revoluções Industriais, urbanizando-se de forma intensa e constituindo cidades verdadeiramente desenvolvidas, com destaque para a capital Barcelona.

Atualmente, a região da Catalunha possui uma economia comparável à de Portugal, abrigando muitas grandes empresas e sendo um dos principais centros comerciais e turísticos da Espanha. Essa conjuntura, somada ao fato de a

Espanha ter sido uma das principais afetadas pela crise recente da União Europeia, vem contribuindo ainda mais para o acirramento das relações entre o governo local e a administração nacional.

Em termos culturais, os catalães são muito diferentes do restante do país. O governo da Catalunha, inclusive, faz questão de manter essas diferenças, haja vista que o idioma oficial adotado é o catalão, que é ensinado nas escolas como a única língua nacional, tendo o espanhol apenas como um dialeto estrangeiro. Em 2010, um referendo na Catalunha estipulou a proibição sobre as Touradas, uma tradição espanhola não comungada pela população catalã.

Apesar de todas essas rusgas e diferenças, além das constantes pressões pela independência, é importante considerar que não há nenhum tipo de conflito armado nessa questão. Trata-se de um movimento político pacífico, em que eventuais ações de violência costumam ser fortemente repudiadas pela população. Já protestos e manifestações são comuns, mesmo sem um consenso entre os habitantes sobre essa questão, já que nem todos são favoráveis os catalães são favoráveis à independência da Catalunha.

Forças da Paz da ONU

O Brasil participou de mais de 30 operações da ONU desde 1948. São ações pela manutenção da paz, em que foram cedidos mais de 24 mil brasileiros. Entre elas estão as operações na África, na América Latina, no Caribe, na Ásia e na Europa.

A participação envolveu o envio de militares e policiais a várias missões, além de empregar unidades militares formadas em 5 operações:

Suez, Angola,
Moçambique,
Haiti e Timor-Leste

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, Víctor. Das violações em massa aos padrões estruturais: novos enfoques e clássicas tensões no Sistema Interamericano de Direitos Humanos. SUR. Revista Internacional de Direitos Humanos, v. 6, n. 11, p. 6-39, 2009.

ADORNO, Sérgio. Insegurança versus direitos humanos: entre a lei e a ordem. Tempo Social, v. 11, n. 2, p. 129-153, 1999.

AFFONSO, Beatriz. Os sistemas de justiça e segurança na promoção dos direitos humanos. Direitos Humanos e Educação. Disponível em: https://www.academia.edu/download/39366624/Salto_para_futuro._DH_e_Educacao.pdf#page=33

AGUIAR, Marcus Pinto; SANTANA, Everaldo Ferreira. Segurança pública e polícia militar no contexto do Estado democrático de direito brasileiro. Revista Espaço Acadêmico, v. 17, n. 198, p. 80-90, 2017.

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. A Coordenação Civil-Militar nas Operações de Paz e o Brasil: algumas considerações. Revista Brasileira de Estudos de Defesa, v. 3, n. 2, 2016.

ANDRADE, Israel de Oliveira; HAMANN, Eduarda Passarelli; SOARES, Matheus Augusto. A participação do Brasil nas operações de paz das Nações Unidas: evolução, desafios e oportunidades. Brasília, IPEA. 2019. (Texto para Discussão)

ANDRADE, Rodrigo Dos Santos. Reflexões acerca da dignidade do policial militar brasileiro no meio ambiente de trabalho. 2018.

AVELINE, Ricardo Strauch. O direito internacional dos refugiados e as inovações legislativas introduzidas no Brasil. In: Anais do IV Congresso Mundial de Justiça Constitucional. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Anais-do-IV-Congresso-Mundial-de-Justica-Constitucional-v.2.pdf

BALESTRERI, Ricardo Brisolla. Direitos humanos: coisa de polícia. CAPEC, Centro de Assessoramento a Programas de Educação para a Cidadania, 2003.

BARBOSA, Luiz Carlos Silva. Reflexos da Declaração Universal dos Direitos Humanos no Ordenamento Jurídico brasileiro. Direito Internacional e Globalização Econômica, v. 3, n. 03, p. 57-64, 2018.

BARROZO, Rebecca Paradellas et al. O Brasil e o sistema interamericano de Direitos Humanos: de Nogueira de Carvalho à Guerrilha do Araguaia. Revista Jurídica, v. 4, n 37, 2014. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/1053>

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL. Ministério da Defesa. Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (Brazilian Peace Operations Joint Training Center). Programa acadêmico de 2015. Rio de Janeiro, 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando de Operações Terrestres Exército Brasileiro (3ª Subchefia - Divisão de Missão de Paz). Histórico das Missões de Paz. (2015). Disponível em: http://www.coter.eb.mil.br/images/sistema/menu_divmispaz/historico_op_paz/historico_das_operaes_de_paz.pdf

BRASIL. Promotora de Justiça Militar. A manutenção da paz (no Haiti) e a justiça (no Brasil): uma reflexão sobre o impacto da Minustah no sistema jurídico militar brasileiro. 2015. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/resrep20657.8>

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 3 ed. Coimbra: Almedina, 1998

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Estudos sobre Direitos Fundamentais. Coimbra: Coimbra Editora, 2004.

CABRAL, Rafael Lamera; KUBIK, Erika. A Justiça Militar no pós-1988: a busca pela efetivação democrática e a defesa dos direitos humanos. Anais do Encontro Internacional de Direitos Humanos, v. 1, n. 1, 2011.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. Direitos Humanos ou “Privilégios de Bandidos”? Desventuras da Democratização Brasileira. Novos Estudos CEBRAP, n. 30, p. 162-174. Jul. 1991. Disponível em: http://novosestudos.org.br/v1/files/uploads/contents/64/20080624_direitos_humanos_ou_privilegios_de_bandidos.pdf.

CAMPOS, Ligia Maria Caldeira Leite de. A participação militar e a possível securitização da assistência humanitária: o caso da Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS). 2021. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/204497/campos_Imcl_me_mar_par.pdf?sequence=3&isAllowed=y

CARDIA, Nancy. O medo da polícia e as graves violações dos direitos humanos. Tempo Social, v. 9, n. 1, p. 249-265, 1997.

CARDIA, Nancy. Raça, vitimização e direitos humanos. Núcleo de Estudos da Violência–USP. Disponível em: < [http://www. nevusp. org/downloads/down065. pdf](http://www.nevusp.org/downloads/down065.pdf), 2004.

CARNEIRO, Luana Pereira. O suporte oferecido pelas forças armadas nas ações humanitárias do Brasil. Revista Silva, v. 4, p. 97-113, 2020.

CARREIRA, J. M. O Direito Humanitário, as regras de empenhamento e a condução das operações militares. Cadernos Navais, v. 11, p. 1-64, 2004.

COMPARATO, Fabio Konder. A afirmação histórica dos Direitos Humanos. Saraiva, 2017.

COSTA, Stephanie Yukie Hayakawa da. O cumprimento da decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Gomes Lund e outros vs. Brasil frente ao Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

COUTO, Eduardo Henrique Scanoni do. Educação em direitos humanos na formação policial militar em Pernambuco: uma análise do curso de formação de soldados/2015. 2017. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

DI REZENDE, Marcelo. A aplicabilidade das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos no Brasil. Barueri: Dialética, 2021.

DOTTA, Alexandre Godoy; TOMAZONI, Larissa Ribeiro. The impact of the ZIKA Virus on the reproductive health of Brazilian women, environmental racism and the action for Direct Control of Unconstitutionality (ADI) No. 5581: O Impacto do ZIKA Vírus na saúde reprodutiva das mulheres brasileiras, racismo ambiental e a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) N° 5581. Revista Brasileira de Pesquisas Jurídicas (Brazilian Journal of Law Research), v. 1, n. 2, p. 109-132, 2020.

DOTTA, Alexandre Godoy, Vulnerability of Public Policies to the LGBT+ Community and Judicialization of Fundamental Rights Guaranteed by the Constitution of the Federative Republic of Brazil 1988 (November 25, 2020). Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=3737418> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3737418>

EMERIQUE, Lilian Balmant. Federalização das graves violações aos direitos humanos. Revista da Faculdade de Direito da UFMG, n. 65, p. 467-498, 2014.

FACHIN, Luiz Edson. Notas para um ensaio sobre a posição jurídica dos tratados internacionais de direitos humanos no Brasil após a reforma constitucional. In:

PRONER, Carol; CORREAS, Oscar. Teoria crítica dos direitos humanos, Belo Horizonte: Fórum, 2011. p. 153-164.

FERNANDES, Alan. Vitimização policial: análise das mortes violentas sofridas por integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo (2013-2014). Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 10, n. 2, 2016.

FRANÇA, Fábio Gomes de; DUARTE, Anderson. “Soldados não choram?”: reflexões sobre direitos humanos e vitimização policial militar. Revista LEVS, v. 19, n. 19, 2017. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/levs/article/view/7012>

GABARDO, Emerson; FINGER, Ana Cláudia. Ética na Administração Pública e o Código de Ética do Superior Tribunal Militar. A&C - Revista de Direito Administrativo & Constitucional. Belo Horizonte. Ano 11, n. 43, jan./mar., 2011, p. 119-133.

GOMES, Túlio Endres da Silva. O Exército Brasileiro e as origens do Direito Internacional Humanitário. A Defesa Nacional, v. 105, n. 836, 2018.

GORGA, Eduardo Freitas. A relevância do estudo das convenções de Genebra (CG) na preparação das pequenas frações do exército brasileiro para emprego em missões de paz. Relações Internacionais no Mundo Atual, v. 3, n. 28, p. 366-395, 2020.

IZUMINO, Wânia Pasinato; NEME, Cristina. Violência urbana e graves violações de direitos humanos. Ciência e Cultura, v. 54, n. 1, p. 47-49, 2002.

JÚNIOR, Chara; DINIZ, Maurício. As Forças Armadas brasileiras e o direito internacional dos conflitos armados: história e desafios futuros. 2020. Disponível em: <http://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/8501/1/TCC%20-%204010%20-%20Cap%20Chara.pdf>

MACHADO, Luiz Gustavo Nunes et al. Direito internacional nos conflitos armados e sua importância para o Exército Brasileiro na atualidade. 2020. Disponível em: <http://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/8334/1/AC%20Cap%20Gustavo%20Machado%20C%20Art%202020.pdf>

OLIVEIRA, Iasmin da Silva; ALBUQUERQUE, Ricardo Tavares de. A violação de direitos humanos em decorrência do assédio moral nas Forças Armadas e o conflito aparente em relação a hierarquia e a disciplina militar. *Cadernos de Direito Actual*, n. 8, p. 305-330, 2018.

OLIVEIRA, Luciano. De Rubens Paiva a Amarildo. E “Nego Sete”? O regime militar e as violações de direitos humanos no Brasil. Revista Direito e Práxis, v. 9, n. 1, p. 203-225, 2018.

PEREIRA, Maria de Assunção do Vale. A intervenção humanitária no direito internacional contemporâneo. 2008.

<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/9685>

PÉREZ LUÑO, Antonio Enrique. Derechos humanos, estado de derecho y constitución. Madrid: Tecnos, 1995.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; MESQUITA NETO, Paulo de. Programa Nacional de Direitos Humanos: avaliação do primeiro ano e perspectivas. Estudos Avançados, v. 11, n. 30, p. 117-134, 1997.

PIOVESAN, Flavia. Declaração universal de direitos humanos: desafios e perspectivas. Revista do Instituto de Hermenêutica Jurídica – RIHJ, Belo Horizonte, a. 1, n. 7, jan./dez. 2009.

PIOVESAN, Flavia. O direito ao asilo e a proteção internacional dos refugiados. Temas de Direitos Humanos. 10. ed., 2017. p. 255-281.

PIOVESAN, Flávia. Sistema interamericano de proteção dos direitos humanos: impacto, desafios e perspectivas à luz da experiência brasileira. Disponível em: <http://bibliohistorico.juridicas.unam.mx/libros/7/3160/9.pdf>

QUEIRÓS, Aroldo Freitas. O Centenário do Ministério Público Militar. Disponível em: <https://www.mpm.mp.br/portal/wp-content/uploads/2020/12/2-o-centenario-do-ministerio-publico-militar.-autor-aroldo-freitas-queiroz-2.pdf>

RAMOS, André de Carvalho. Curso de Direitos Humanos. São Paulo: Saraiva, 2017.

REIS, Ulisses Levy Silvério dos. Justiça militar e direitos humanos no Brasil: uma análise da competência para o julgamento de crimes cometidos por militares contra civis a partir dos parâmetros constitucionais e internacionais. 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/download/39366624/Salto_para_futuro._DH_e_Educacao.pdf#page=33

ROSA, Paulo Tadeu Rodrigues. Aplicação dos princípios constitucionais no Direito Militar. Direito Militar. História e Doutrina—Artigos Inéditos. Organização Getúlio Corrêa. Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais, 2002. Disponível em: <http://www.amajme-sc.com.br/livro/7-Paulo-Tadeu-Rodrigues-Rosa.pdf>

ROTHEMBURG, Walter Claudius. Controle de constitucionalidade e controle de convencionalidade – o caso brasileiro da lei de anistia. In: PAGLIARINI, Alexandre Coutinho; DIMOULIS, Dimitri. Direito constitucional dos direitos humanos. Belo Horizonte: Fórum, 2012. p. 333-358.

SARDENBERG, Ronaldo Mota. Brasil, política multilateral e Nações Unidas. Estudos Avançados, v. 19, n. 53, p. 347-367, 2005.

SHIRAISHI NETO, Joaquim (Org.). Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional. Manaus: UEA, 2007. p. 25-52. Disponível em: <https://psicodrama.org.br/wp-content/uploads/2012/06/Direito-dos-povos-e-das-comunidades-tradicionais-no-Brasil.pdf>

SILVA, Ailton José da. Penas restritivas de direito e o Código Penal Militar. Revista Justitia, v. 202, n. 202/3, 2016.

SILVA, Carlos Alberto. Competência da justiça militar no código penal militar. Libro Legis, v. 1, n. 2, p. 1-10, 2019.

SILVA, Emanuel Freitas da. Os direitos humanos no “bolsonarismo”. Conhecer: Debate entre o Público e o Privado, v. 9, n. 22, p. 133-153, 2019.

SILVA, Eyme Jone da. Análise sobre direito internacional dos conflitos armados (DICA) e militares brasileiros na missão das nações unidas para estabilização do Haiti (MINUSTAH). 2020. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/8697/1/AC%20Cap%20JONE%20%202%20%281%29.pdf>

SILVA, Paula Carolina Araújo da et al. A ampliação da competência da Justiça Militar e sua inconvenção: análise a partir da Convenção Americana de Direitos Humanos. Revista da Defensoria Pública da União, n. 13, p. 258-279, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.46901/revistadadpu.i13.p258-279>

SILVA, Sabrina Souza da. Militâncias, abuso da violência policial e direitos humanos: formas de produção de verdade na Auditoria de Justiça Militar do Estado do Rio de Janeiro.

SOUZA, Mayara Castro de. Questão racial e direitos humanos na Polícia Militar Distrito Federal. Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social, v. 1, n. 1, 2019.

TERTO NETO, Ulisses. Do domínio autoritário militar para a democracia constitucional: uma visão geral das políticas de direitos humanos através da

redemocratização brasileira. Revista Direitos Fundamentais & Democracia, v. 22, n. 3, p. 215-252, 2017.

TOMAZONI, Larissa; DOTTA, Alexandre Godoy. Aspectos do processo de inclusão da mulher no espaço da educação no Brasil: análise da titulação de mestras e doutoras em programas de pós-graduação stricto sensu de 1989 até 2016. Curitiba: CRV, p. 277-290, 2018.

TOMAZONI, Larissa. Ensaio sobre a cultura da Mutilação Genital Feminina e o desafio para os Direitos Humanos. Cadernos da Escola de Direito da Unibrasil, Curitiba, 2017.

TOSI, Giuseppe. História e atualidade dos direitos humanos. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/tosi/tosi_hist_atualidade_dh.pdf> Acesso em 10 jul. 2017.

TRIVISONNO, Alexandre Travessoni Gomes; Rodrigues, Gabriel Costa Val. The concept of human rights: orthodox or political? Espaço Jurídico: Journal of Law, v. 19, n. 3, , p. 703-730, 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7277491.pdf>.

TRIVISONNO, Alexandre Travessoni Gomes. Direitos Humanos e Fundamentais: Questões. Espaço Jurídico: Journal of Law, v. 21, n. 1, 2020, p. 7-18 Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7835306.pdf>

XAVIER, Paulo Sérgio; NOGUEIRA, Jefferson Gomes; MELLO, Lucrécia Stringhetta. A pedagogia militar e a formação em direitos humanos nas missões de paz: uma interdisciplinaridade necessária. Multitemas, p. 93-124, 2017.

ZUG, Rafael. Função constitucional da polícia militar no estado democrático de direito. 2017.

Recursos digitais

Biblioteca do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil

<http://biblioteca.f59.com.br/>

Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil

<http://www.ccopab.eb.mil.br/>

Exército Brasileiro – Missões de paz

<https://www.eb.mil.br/missoes-de-paz>

Ministério das Relações Exteriores - Itamaraty

<http://antigo.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/>

ONU. Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).

<https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/perguntas-e-respostas/>

Alexandre Godoy Dotta

Websites & Social Links

CV Plataforma Lattes (CNPq/Capes)

_Scite

Academia.edu

Academic Microsoft

Ciencia ID: 5419-0CB2-448B (Portugal)

Deutschen-DNB (Alemanha)

Dialnet (Espanha)

FigShare

Google Scholar

Impactstory

Lens.org (França)

Redalyc – México

Research Gate

Researcher ID: AAV-1331-2020

ScienceOpen

Scopus ID: 57201310088 (USA)

Semantic

Sumarios.org

Web of Science

E-mail: alexandre.dotta@pucpr.br